



Anais da Assembléia

Nº 132

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho. **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Nami Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Máno Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/93

DATA: 15 de setembro de 1993.

SÚMULA: Determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado José Arthur Ricci.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição Estadual, o Processo de Ação Penal, Autos nº 15.657 - 2, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado José Arthur Ricci.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni. (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Doutor Rosinha e Neivo Beraldin. (03).

Curitiba, quarta, em 29.09.93

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
- Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
- A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

29 Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

A pedido do Presidente deste Parlamento, Deputado Orlando Pessuti e do Deputado Cezar Silvestri, a Mesa anuncia a presença dos Senhores Vereadores João Mendes, Nelcina Rosa, Juarez Campos Ribas, do município de Guarapuava. Em nome da Presidência desta Casa sejam bem-vindos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 181/93, 454/93, 455/93, 521/93, 524/93 e de autoria do Poder Executivo, Procuradoria Geral de Justiça e Projeto de Resolução nº 003/93, de autoria da Comissão de Tomada de Contas.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 3764

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei nº 455/93, que aprova a abertura de crédito.

to suplementar no valor de CR\$ 60.000.000,00, ao vigente orçamento do DER.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

REQUERIMENTO N° 3775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Destaque, para votação do item 01 da Ordem do Dia de 29/09/93, relativo ao veto apostado ao Projeto de Lei 093/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO N° 3809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Destaque, para a discussão e votação da Emenda n° 01 ao Projeto de Lei n° 453/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 3763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 421/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski da Ordem do Dia de hoje por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3776

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o adiamento da votação do Projeto de Lei n° 453/93 que extingue o Fundo de Previdência do Estado, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(aa) EMILIA BELINATI e

PAULO MAIA

Apoiamento: Algaci Túlio, Namir Piacentini, Cezar Silvestri, Heinz Herwig, Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Mário Bezerra.

REQUERIMENTO N° 3807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votação Nominal do Projeto de Lei n° 453/93 - Mensagem n° 042/93 que extingue o Fundo de

Previdência do Estado criado pelo artigo 3° da Lei 10219 de Dezembro de 1992.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 3774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Votação em Bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de comissão geral de Plenário para apreciação de emendas apresentadas aos projetos de lei a serem discutidos e votados nesta Sessão ordinária e nas Sessões Extraordinárias convocadas para a data de hoje.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) RENATO ADUR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 573/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Colméia Espírita Cristã ABEGAIL, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Colméia Espírita Cristã "ABEGAIL" de Ponta Grossa, foi fundada em 21 de setembro de 1977, que ora se objetiva declarar de Utilidade Pública, constitui uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, vem prestando serviços comunitários há 16 anos abrigando idosos carentes, em regime de internato, com assistência total, capacidade para 30 (trinta) internas.

Tem convênio com a Fundação de Proteção de Idosos, é uma Entidade Filantrópica sem fins lucrativos, as internas participam de várias atividades psico-sociais, terapêuticas ocupacionais, e outras diversas, estando sempre integradas a outras entidades congêneres etc.

Considerando o excelente trabalho que vem desenvolvendo, cumprindo reais finalidades para as quais foi criada, nada mais

justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o parlamentar com o apoio de seus pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 574/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Núcleo de Ponta da Cruzada dos Militares Espíritas, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo de Ponta Grossa da Cruzada dos Militares Espíritas, que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos de caráter assistencial, fundada em 11 de dezembro de 1971, estando prestando relevantes serviços à Comunidade Ponta-grossense há 22 anos, possui 4 Departamentos Assistenciais, cada um com sua equipe de cooperadores:

1º Departamento Doutrinário Viana de Carvalho, que presta assistência espiritual e outras de aspecto psico-social. É seu diretor 1º Tenente Reformado Lycurgo Egrão,

2º Departamento de Assistência a Menores Carentes "Quartel Juvenil Paulo de Tarso" com 24 meninos na faixa de 09 a 12, em regime de internados: É o seu Diretor Tenente reformado Estácio Rodrigues da Cunha,

3º Departamento Evangelização Infante Juvenil Estevão, para aulas de moral cristã a jovens entre 7 a 15 anos.

É o seu Diretor Dr. Luiz de Almeida Rocha;

4º Departamento Assistencial aos externos favelados "Tia Paula". É o seu Diretor o Contador Luiz Carlos Pedroso.

Diante do exposto, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o parlamentar com apoio de seus pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 575/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Tomé, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - de São Tomé, vem prestando relevantes serviços voltados ao atendimento a carentes, gestantes e idosos, bem como às mães de baixa renda, proporcionando melhores condições de desenvolvimento, através de palestras e cursos profissionalizantes, procurando estimular suas potencialidades, desenvolvendo a auto-valorização e atitude produtiva junto à família e à comunidade.

A entidade conta com várias pessoas voluntárias da comunidade, que trabalham em prol da Campanha do Agasalho, festas, bingos beneficentes e outros, propiciando ainda o tratamento e educação de crianças e adultos com deficiência física e mental. A APMI oferece também, atendimento médico, psicológico e tratamento dentário, em especial às gestantes.

Apesar da colaboração e contribuições da comunidade, a entidade encontra muitas dificuldades para a manutenção de seus serviços, uma vez que os recursos são escassos, razão pela qual apresentamos este Projeto de Lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para que a APMI desenvolva melhor suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 576/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, criar o Programa Paranaense de Incentivo à Fruticultura de Climas Temperado e Tropical - Paraná Fruta.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo, na administração e gerência do programa:

I - identificar e caracterizar as áreas propícias e adequadas à fruticultura de climas tropical e temperado no Estado do Paraná;

II - registrar e fiscalizar as unidades de produção e de comercialização do produto, assegurando sua qualidade;

III - incentivar a comercialização, a exportação e o consumo de frutas, bem como o desenvolvimento técnico e econômico dos produtores;

IV - desenvolver pesquisas e experimentos que visem a melhoria da qualidade do produto e de seus derivados e dos métodos de produção, comercialização e produtividade do setor.

V - identificar, no âmbito do progra-

ma, os produtores carentes de recursos e incentivar a sua captação;

VI - incentivar a cooperação entre produtores e assisti-los técnica e comercialmente;

VII - desenvolver ações que propiciem a melhoria da qualidade e da imagem da fruticultura paranaense, em especial de doces e demais derivados, instituindo certificados de qualidade;

VIII - celebrar convênio com entidade de direito público ou privado objetivando o bom andamento do programa.

Art. 3º - As ações governamentais relativas à implementação do programa a que se refere esta lei contarão com a participação de representantes dos produtores e dos trabalhadores do setor.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa (90) dias da sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A fruticultura, seja de clima tropical ou de clima temperado, deve encontrar em nosso Estado, se realizado levantamento das áreas apropriadas, condições edafoclimáticas adequadas à sua produção. Ademais, o comércio, tanto interno como internacional, de frutas e derivados tem apresentado considerável crescimento nos últimos anos, constituindo nova alternativa produtiva à agricultura paranaense.

Infelizmente, nesse mercado, o Brasil tem participado de forma incipiente e, pior, decrescente.

Enquanto o Chile transforma a produção de 220.000 ha em US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares), o Brasil, detentor da posição de maior produtor de frutas do mundo, responsável pela produção de 340.000.000 t, correspondentes a 10% da produção mundial, não comercializa mais de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) por ano.

Os 2.000.000ha, destinados à produção frutífera em nosso país, não produzem frutos de qualidade compatível com as exigências do consumidor externo, tanto que participa apenas com 0,5% das exportações mundiais de US\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de dólares).

A intervenção do Estado no setor, através de um programa de incentivo à produção, propiciará a sua integração com o setor produtivo privado atuante no setor, gerará empregos no campo, diminuindo a migração para a periferia das cidades, produzindo considerável melhoria na renda do setor, oportunizando a modernização na produção através da diversificação da

agroindústria, além de gerar recursos consideráveis ao seu desenvolvimento.

PROJETO DE LEI Nº 577/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os estabelecimentos de 1º e 2º Grau, oficiais e particulares, integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná incluirão, obrigatoriamente, nos programas de atividades nas áreas de estudo ou nas disciplinas derivadas da matéria de Estudos Sociais, integrante do núcleo comum, conteúdos relacionados com a educação para o consumo.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Educação, com a colaboração do Programa Estadual de Defesa do Consumidor-Procon, elaborarão para orientação dos estabelecimentos de ensino, sugestão de conteúdos de educação para o consumo, destinados ao 1º e 2º grau, bem como providenciarão a divulgação de textos e a distribuição do material didático correspondente.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades, decorrentes da atual crise sócio-econômica da realidade brasileira, determina a adoção de medidas em prol do respeito aos direitos coletivos e individuais e de sua ampliação.

Tal é o caso da proteção e da defesa dos direitos do consumidor, campo em que hoje, emergem saudáveis conquistas, levando às pessoas maior segurança nas relações de consumo, a partir do conjunto de leis que pretendem manter condições mínimas de igualdade nos dois pólos da relação.

A orientação do jovem no que tange a disciplina para o consumo, contribuirá de forma decisiva para seu perfeito enquadramento, e conhecimento da realidade econômica em que vive, proporcionando à população estudantil possibilidade de relações de consumo mais adequadas à sociedade livre e justa que se espera construir.

PROJETO DE LEI Nº 578-93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica obrigatório em todos os matadouros, matadouros frigoríficos e abatedouros, estabelecidos no Estado do Paraná, o emprego de métodos científicos e modernos de insensibilização aplicados antes da sangria, por instrumento de percussão mecânica, por processamento químico (gás

00), choque elétrico (eletronarcose), ou por outros métodos modernos decorrentes do desenvolvimento técnico-científico, que impeçam o abate cruel de qualquer tipo de animal destinado ao consumo.

§ 1º - É vedado o uso de marreta e da picada de bulbo (choupa) como métodos de abate de animais destinados ao consumo humano, bem como: ferir, mutilar ou quebrar as patas dos animais antes da insensibilização;

§ 2º - Nos casos em que se utilizar tanque de escaldagem, a velocidade do tri-lho aéreo será regulado de forma a impedir a queda de animais ainda vivos nesses recipientes.

Art. 2º - O boxe deverá ser adequado para uso do equipamento do abate por método científico, objetivando a contenção de um único animal por vez.

§ 1º - O fechamento da comporta do boxe somente será efetuado após a entrada total do animal naquele compartimento, evitando-se assim que a comporta venha a atingir e ferir partes do corpo do animal;

§ 2º - O choque elétrico, costumeiramente utilizado para movimentar os animais no corredor de abate, terá a menor carga possível usado com o máximo critério e não será aplicado, em qualquer circunstância, sobre as partes sensíveis do animal, tais como: mucosa, vulva, anus, nariz e olhos, entre outras.

Art. 3º - É vedado o abate de fêmeas com mais de 1/3 de tempo normal de gestação ou em parto recente, de nascituros até a idade de três (03) meses de vida extra-uterina, ou ainda de animais caquéticos ou que padeçam de qualquer enfermidade, tornando a carne imprópria para consumo.

Art. 4º - É vedado o abate de qualquer animal que não tenha permanecido pelo menos 24 (vinte e quatro) horas em descanso, em dependências adequadas do estabelecimento.

§ 1º - O período de repouso poderá ser reduzido quando o tempo de viagem do animal a ser abatido não for superior a duas horas e os animais forem procedentes de campos, mercados ou feiras, sob controle sanitário e permanente;

§ 2º - O repouso, em qualquer circunstância, não será inferior a seis horas;

§ 3º - Durante o período de repouso, o animal deverá ser alimentado somente com água.

Art. 5º - O corredor de abate será adequado à espécie do animal a que se destina, visando facilitar seu deslocamento, sem provocar ferimentos e contusões.

Parágrafo Único - O animal que cair no corredor de abate será insensibilizado no local onde tombou, antes de ser arrastado para o boxe.

Art. 6º - Os animais, quando estiverem aguardando o abate, não poderão ser alvo de maus tratos, provocados ou outras formas de falsa diversão pública, ou ainda, sujeitos à qualquer condição que provoque stress, ou sofrimento físico e psíquico.

Art. 7º - Os animais doentes, agonizantes, com fraturas, contusões generalizadas ou hemorragias, deverão ser abatidos de forma emergente, no próprio local e com métodos científicos adequados.

Art. 8º - Não será permitida a presença de menores de idade no local de abate, nem de pessoas estranhas ao serviço, salvo funcionários autorizados, representantes de órgãos governamentais e membros de associações protetoras de animais, mediante autorização dos serviços de inspeção, desde que estejam devidamente uniformizados.

Art. 9º - Para efeitos desta lei, são aplicáveis as seguintes definições:

I - "Matadouro-Frigorífico": É o estabelecimento dotado de instalações completas para o abate de várias espécies vendidas em açougue com o aproveitamento dos subprodutos não comestíveis, possuindo instalações de frio industrial;

II - "Matadouro": É o estabelecimento dotado de instalações adequadas para o abate de qualquer espécie vendida em açougue, com ou sem dependências para a industrialização;

III - "Abatedouro": É o estabelecimento dotado de instalações para o abate de aves, suínos com peso máximo de 60 (sessenta) quilos, coelhos, ovinos e caprinos;

IV - "Animais de Consumo": Diz-se dos animais de qualquer espécie destinados à alimentação humana ou de outros animais;

V - "Métodos Científicos de Abate": São todos aqueles processos que provoquem a perda total da consciência e da sensibilidade, aplicados antes da sangria;

VI - "Métodos Mecânicos": São aqueles que se utilizam de pistolas mecânicas de penetração ou concussão, que provocam coma cerebral imediato;

VII - "Métodos Elétricos": São os que se utilizam aparelhos com eletrodos que provocam uma passagem de corrente elétrica pelo cérebro do animal, tornando-o inconsciente e insensível (eletronarcose);

VIII - "Métodos Químicos": É o emprego de dióxido de carbono em mistura adequada com o ar ambiental, que provoque a perda de consciência nos animais.

Art. 10 - O poder de polícia administrativo será exercido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento poderá, mediante convênio, exercer a fiscalização do disposto nesta lei em conjunto com outros órgãos e instituições do Poder Público Estadual e Municipal.

Art. 11 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento do disposto nesta Lei, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - Multa simples ou diária, de 1 (uma) à 1.000 (mil) UPFPr's, ou de outro índice que a venha substituir, vigente na data da infração, agravada em casos de reincidência específica;

II - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Estado;

III - Perda de suspensão ou participação em linha de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, instituídos pelo Poder Público Estadual;

IV - Suspensão temporária das atividades, até 60 (sessenta) dias;

V - Suspensão definitiva das atividades para os seguintes casos:

a) reincidência continuada, caracterizada pela ação ou omissão inicialmente punida;

b) dolo, mesmo eventual;

c) cometimento da infração no período noturno, em domingos, feriados e dias declarados ponto facultativo estadual;

d) danos permanentes à saúde humana;

e) emprego reiterado de métodos cruéis na morte de animais.

§ 1º - O valor das multas recebidas no inciso I deste artigo, será cobrado em dobro, se a infração tiver sido praticada no período noturno, em domingo, feriados, ou em dias declarados ponto facultativo estadual;

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão caberá à autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamentos, mediante a respectiva comunicação de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

§ 3º - A suspensão temporária da atividade, referida no inciso IV deste artigo, poderá ser interrompida por ato do Secretário de Estado competente, no caso de comprovada a reparação do fato motivador da sanção.

Art. 12 - Os órgãos e instituições públicas responsáveis pela aplicação desta lei, segundo o artigo 10 da mesma, deverão comunicar ao Ministério Público, de imediato, a inobservância de suas exigências e de seu regulamento.

Art. 13 - O disposto nos artigos 1º e 2º desta lei, serão exigidos a partir do 12º mês de sua vigência.

Parágrafo Único - O prazo referido no presente artigo poderá ser prorrogado por até doze meses, a juízo da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento,

mediante requerimento do interessado, desde que devidamente comprovada a impossibilidade técnica de suas instalações e equipamentos às exigências contidas nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 14 - Esta lei será regulamentada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, estabelecendo o procedimento administrativo e das multas e o prazo de suspensão temporária de atividade, referidos nos incisos I e IV do artigo 10, de acordo com a gravidade da infração.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei surge da preocupação de algumas entidades ambientalistas/zoófilas com as técnicas brutais e obsoletas de abate de animais para consumo humano.

A evolução das mentalidades passou a exigir um comportamento ético com relação a esses animais, que dão a vida para a alimentação dos homens.

Atualmente, para animais de pequeno porte em geral, a técnica empregada é a do seccionamento dos grandes vasos, à seco, sem nenhuma insensibilização prévia.

Muitas vezes são atirados ainda vivos nos tanques de escaldadura, aspirando líquido fervente e sentindo as dores de serem queimados vivos.

Animais de grande porte são atordoados por meio de um ou mais golpes de marreta. Em seguida, suspenso por uma das patas, são sangrados e posteriormente, retalhados.

A marreta exige habilidade e força do operador. Um mesmo animal pode precisar receber mais de vinte golpes, antes de tombar para a sangria. Se assustado, movimentar-se, e pode muitas vezes ser atingido em locais sensíveis tais como: olhos, chifres, orelhas ou focinhos. Além disso, o operador é submetido a um grande esforço, cansando-se e expondo-se ao risco de acidentes.

Menos usada e condenada pela Organização Mundial de Saúde, a técnica da picada de bulbo ou choupa consiste no seccionamento da parte superior da medula espinhal por uma espécie de lança. Esta técnica apenas imobiliza o animal do pescoço para baixo, porém, não lhe tira a consciência. Em geral, as pontas dessas lanças desgastam-se pelo uso, exigindo, assim, vários golpes para atingimento do desiderato, submetendo o animal a verdadeira sessão de tortura.

Os animais aterrorizados e em longa agonia, acumulam toxinas que tornam sua carne nociva à saúde dos consumidores. Se-

gundo dados técnicos, o pânico a que são submetidos antes e durante o abate, altera a taxa de glicogênio na carne, substância diretamente ligada à produção de ácido láctico, alterando, como consequência, o equilíbrio do pH do produto, indispensável à inibição do desenvolvimento de bactérias causadoras da putrefação. Além disso, neste estado de pavor, os animais liberam para a corrente sanguínea altas taxas de noradrenalina, substância altamente tóxica ao organismo humano.

No ano de 1978, participando da assembleia da UNESCO, em Bruxelas, o Brasil foi signatário da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, que em seu artigo 3º diz: "se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor nem angústia".

A Constituição Federal, no inciso VII, § 1º do artigo 225 determina que o Poder tem o dever de vedar, na forma da Lei, as práticas que submetem os animais à crueldade. Tal determinação também integra a Constituição do Estado do Paraná. Além do mais, a OMS/Organização Mundial de Saúde, preconiza o uso de métodos científicos e modernos de abate.

A metodologia moderna de abate de animais para consumo humano, já é utilizada em países como: o Japão, Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, França, Suíça, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria, Argentina e Chile. No Brasil, o Estado de São Paulo foi precursor na aprovação de lei nesse sentido, no ano de 1992, por iniciativa do Deputado Oswaldo Bettio, recebendo o apoio de diversas entidades ambientalistas e de proteção a animais tais como: União Internacional Protetora dos Animais, Sociedade Zoológica Educativa, dentre tantas outras.

No Brasil, os frigoríficos exportadores, já utilizam o método moderno de abate, para os produtos destinados à exportação, já que o consumidor internacional assim exige e fiscaliza.

Não é justo que o consumidor brasileiro seja discriminado, e tenha que consumir produto de qualidade inferior, por pura acomodação dos envolvidos no setor de abate de animais para consumo humano.

PROJETO DE LEI Nº 579/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Prêmio Estado do Paraná de Incentivo à Ciência e Tecnologia, destinado a premiar, anualmente, os autores de trabalhos científicos desenvolvidos dentro dos limites geográficos do Estado do Paraná.

Art. 2º - São os seguintes os ramos da

ciência e da tecnologia que farão jus à premiação constante do artigo 1º desta lei:

- I - Medicina;
- II - Bioquímica;
- III - Biofísica;
- IV - Biologia;
- V - Biotecnologia;
- VI - Química;
- VII - Química Fina;
- VIII - Física;
- IX - Informática;
- X - Arquitetura e Urbanismo;
- XI - Engenharia;
- XII - Agronomia;
- XIII - Zootecnia;
- XIV - Veterinária;

Art. 3º - Os recursos financeiros destinados à premiação em dinheiro provirão de um Fundo a ser criado com depósitos anuais realizados pelo Estado, no valor correspondente a 0,015% (quinze milésimos por cento) da Receita Tributária do Estado, e ainda, de doações espontâneas de pessoas jurídicas de direito público e privado.

Art. 4º - Os prêmios destinados às categorias aludidas no artigo 2º desta lei, serão de igual valor e a soma das premiações não poderão ultrapassar a 80% (oitenta por cento) do total de recursos integrantes do Fundo, sendo que os 20% (vinte por cento) restantes destinar-se-ão a cobrir despesas de divulgação, publicação dos trabalhos premiados e organização da solenidade de entrega dos prêmios.

§ 1º - Somente deverão ser premiados os trabalhos de indiscutível valor científico e tecnológico, assim avaliado e considerado pelo Conselho Curador;

§ 2º - No caso de alguma das categorias não apresentar trabalho digno de premiação, o valor do prêmio deverá permanecer no Fundo, passando a integrar o montante destinado à premiação do exercício subsequente.

Art. 5º - Fica criado o Conselho Curador do Fundo do Prêmio Estado do Paraná de Incentivo à Ciência e Tecnologia, que terá por finalidade básica a administração do fundo, a seleção e a escolha dos trabalhos a serem premiados.

Parágrafo Único - O Conselho referido no caput deste artigo, cujos cargos não serão remunerados, sempre sob a presidência do Secretário de Estado ao Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia, definirá por Regimento Interno aprovado pela maioria de seus integrantes a constituição de seus cargos, atribuições e critérios de avaliação dos trabalhos concorrentes à premiação.

Art. 6º - O Conselho Curador estabelecido pelo artigo 5º desta lei será integrado: pelo Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, pelos Reitores da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pelos Presidentes dos Conselhos dos Segmentos de Ciência e Tecnologia definidos nos incisos I a XIV do artigo 2º desta lei e, ainda, pelo Presidente Paranaense da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A importância do desenvolvimento científico e tecnológico é nos dias atuais de imprescindível importância para o desenvolvimento do Estado e da Nação.

Assim, com o intuito de incentivar e motivar os talentos da área científica e tecnológica do Estado, propomos o presente plano de lei, reconhecendo o dignificante trabalho desenvolvido pelos cientistas e técnicos do Estado, que mesmo sem recursos, e muitas vezes por pura paixão e patriotismo, contribuem com seus talentos para a projeção do Estado do Paraná e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) - A pedido do Presidente deste Parlamento, Deputado Orlando Pessuti e do Deputado Cezar Silvestri, a Mesa anuncia a presença dos Senhores Vereadores João Mendes, Nelcina Rosa, Juarez Campos Ribas, do Município de Guarapuava. Em nome da Presidência desta Casa sejam bem-vindos.

Convido o Senhor 1º Secretário para proceder a leitura do Expediente.

(É lido o Expediente).

Em nome do Presidente deste Parlamento, Deputado Orlando Pessuti e em nome do Deputado Duílio Genari, registramos a presença neste Parlamento da Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde do Oeste, Prefeita Leonice Alves, Edvaldo Torres, Delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná, também do Município de Ouro Verde do Oeste Moacir Celegrin, Vereador da Câmara Municipal do Município de Ouro Verde do Oeste, e também registramos a presença do radialista Aroldo Martã do Município de Toledo, também no Estado do Paraná.

S sejam bem-vindos a este Parlamento.

No Pequeno Expediente, pela Bancada do PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados em ar-

tigo publicado na Folha de São Paulo do último 28 de setembro, o economista Luiz Nassif, traz em relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, considerações que me parece, Senhor Presidente, Senhores Deputados, oportunas para o encaminhamento da discussão em torno da Mensagem do Poder Executivo que propõe a extinção do Fundo de Previdência do Estado.

(Lê):

Diz o articulista Luiz Nassif em reportagem intitulada: "Não se deve acabar com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço... Poupança de longo prazo é bem de inestimável valor, tanto para seu titular quanto para a economia como um todo. É com esta poupança que os trabalhadores podem garantir um pecúlio para depois de se aposentarem. Ou mesmo formar poupança para a compra de imóveis.

Na outra ponta, recursos de longo prazo são os principais instrumentos de financiamento do desenvolvimento - processo que, como bem sabe o Ministro, gera empregos e salários.

Motor de desenvolvimento

É por isto que a estrutura de fundos de pensão, quando profissionalizada e sem interferências políticas, constitui-se no motor básico tanto de políticas de investimento quanto de bem-estar social nas economias modernas.

É um processo que induz à poupança de longo prazo, definindo regras que impedem que dinheiro poupado seja queimado em consumo. Disciplina a sociedade, ajuda a se prevenir para o futuro.

No momento, o Ministério da Previdência trabalha uma proposta de novo modelo previdenciário que prevê uma aposentadoria básica, garantida pelo Estado e uma aposentadoria complementar, sustentada pelas contribuições individuais dos beneficiários."

A mensagem do Poder Executivo objetiva a extinção do Fundo de Previdência do Estado. Lamentavelmente, sobre esta mensagem não tive a oportunidade de com a minha Bancada, tampouco com o próprio Governador do Estado, estabelecer o necessário aprofundamento, o necessário debate.

Tivemos em audiência essa semana com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério, ainda ontem com o Deputado Líder da Bancada do PMDB e do Governo, Renato Adur, e, há quase um mês, com sua Excelência o Governador do Estado.

É de se ver, inicialmente, Senhor Presidente, que a criação do Fundo de Previdência do Estado é matéria da lavra e de iniciativa do próprio Poder Executivo. O que pretende o Poder Executivo com a extinção do Fundo de Previdência do Estado? Pretende possibilitar a locação dos recur-

... hoje retidos em fundo, para a consecução de programas e projetos consignados no orçamento geral do Estado. Alega o Poder Executivo insuficiência de recursos para a implementação dos seus programas e planos governamentais. Diz, e é da prática da administração, decorre de uma leitura crítica e sistêmica do processo de administração estadual, a escassez de recursos na economia brasileira e particularmente na economia paranaense. Rareiam as finanças públicas, não é de deixar de observar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

- Vossa Excelência está com prazo esgotado, mas tem mais um minuto para concluir o seu pensamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Utilizo-me, Senhor Presidente, do Horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

- Vossa Excelência passa a usar o Horário do Partido Social Democrático Brasileiro.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - A alegação de escassez de recursos para a consecução dos planos, programas e projetos governamentais é pertinente, no entanto, à vista das emendas apresentadas à proposta original do Poder Executivo, dentre todas, uma deve merecer o necessário destaque nesta Casa, é a emenda da lavra da Bancada do Partido dos Trabalhadores que busca a alocação, mantido o Fundo de Previdência do Estado, por empréstimo ao Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, gerenciado pelo BANESTADO, a consecução de um conjunto de programas que significam a geração de rendas, empregos e salários.

Entendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e este é o alerta que quero trazer aos colegas Parlamentares, que a pura e simples extinção do Fundo de Previdência do Estado, além da confusão das contas públicas daí decorrentes, além da perda do controle gerencial pelos servidores do Estado paritariamente com os demais órgãos e instituições da administração, significará, na verdade, o bloqueio dessa massa da ordem de quarenta milhões de dólares e a inviabilização dos objetivos que anuncia o Governo pretender com a extinção do Fundo.

Tenho a impressão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que de uma penada, seja em primeira instância, seja nas instâncias superiores, o Poder Judiciário paranaense e o Poder Judiciário brasileiro, independentemente das contradições que cercam as decisões do Poder Judiciário em relação ao Poder Executivo paranaense, te-

remos o bloqueio dessa massa de recursos por clara e flagrante violação à Constituição do Estado do Paraná que, no seu artigo 41, prevê a gestão paritária dos recursos mobilizados e arrecadados com a incidência de alíquotas sobre os salários de servidores.

Entendo que é preciso a consecução dos planos, programas e projetos do Governo. Entendo que os 40 milhões de dólares já mobilizados pelo Fundo de Previdência não podem ser destinados nem aplicados exclusivamente no mercado financeiro. Entendo que os planos e projetos governamentais, como também aqueles de interesse da sociedade civil paranaense podem ser viabilizados com os recursos do Fundo de Previdência do Estado. Nisto, estamos em absoluto acordo. Mas, entendo que o modo adequado de proceder a consecução dos fins pretendidos pelo Governo não são aqueles contidos na Mensagem original do Poder Executivo.

Nós teremos, a partir da votação e aprovação da extinção do Fundo, nesta Casa, uma enxurrada de ações judiciais, que farão bloquear esta massa de recursos, inviabilizando, portanto, os fins pretendidos pelo Governo do Paraná e pretendidos por todos quantos desejam a consecução dos programas de desenvolvimento, em nosso Estado.

Não bastasse a clara violação ao artigo 41 da Constituição do Estado, há também flagrante violação a princípios gerais de direito financeiro que devem orientar a matéria presente. É evidente que o Estado do Paraná, lançando mão dos recursos do Fundo de Previdência do Estado, estará contraindo empréstimo de um Fundo que embora não existente, de um modo inteligível, mesmo com a sua extinção, continuará existindo. Lançando mão de empréstimos, necessariamente haverá que se fazer a necessária consignação no orçamento geral do Estado. Mas, entre os princípios gerais de direito financeiro, há três princípios os quais me permito, aqui, em citação ao Professor Ricardo Lobo Torres, trazer à apreciação dos Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, o Princípio da Transparência, que cria a obrigatoriedade de inclusão no orçamento, de todos os empréstimos, até mesmo daqueles por antecipação de receita. É o que decorre do artigo 165, § 8º da Constituição Federal.

Há, também, o Princípio de Seriedade ou da Irretratabilidade, da Promessa de Restituição do Empréstimo, sub-Princípio do Princípio da Legalidade. É importantíssimo este Princípio, para o equilíbrio das contas nacionais, em locais específicos, das contas estaduais, e sem ela inexistente o crédito público, que é sinônimo de credibilidade e de confiança.

Finalmente, há o Princípio da Equidade entre as Gerações, que sinaliza no sentido de que a geração atual não deve exceder o limite da razoabilidade no endividamento, a fim de não sobrecarregar as gerações futuras, as quais caberia suportar o ônus do resgate.

Pelos Princípios da Transparência, da Seriedade e da Equidade, que são regentes do Direito Público Financeiro, é de se entender que a Mensagem, como originalmente apresentada, não merece acolhida.

Mas, entre as Emendas à Mensagem original, vou me deter numa delas, que é justamente a Emenda que patrocina a Bancada do Partido dos Trabalhadores, que contempla os interesses enunciados pelo Governador do Estado, de implementação de planos e programas de desenvolvimento econômico, como também de obras públicas, já que o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado permite o acesso pelo próprio Estado, mediante empréstimo e emissão de títulos; permite o acesso para a consecução dos seus objetivos.

Quero então, antes que se inicie a votação, deixar aqui ponderações iniciais, para que não tenhamos um processo de votação que, atabalhoadamente, nos encaminhe para a extinção do Fundo de Previdência, proposto pelo próprio Poder Executivo, que constitui uma conquista não apenas do conjunto dos servidores, mas uma conquista do ponto de vista de regulamentar e normalizar a atividade da administração pública paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

- Vossa Excelência tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - É assim, então, que entendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados. A matéria merece a mais ampla apreciação deste Plenário, merece uma análise mais detida, como também entendo que deve merecer a necessária negociação entre o conjunto das Bancadas com o próprio Chefe do Poder Executivo.

Lamento apenas não ter podido - desde o retorno do Governador do Estado e do aceleramento do processo de votação desta matéria na última segunda-feira - apresentar ao Governador estas ponderações que creio pertinentes, porque na verdade, a aprovação da Mensagem original fará originário um conjunto e uma enxurrada de ações judiciais. E, diante do fato concreto, não creio que possa a judicatura paranaense decidir de modo diverso - se não pelo bloqueio dos recursos - pela flagrante ilegalidade e inconstitucionalidade, como também por flagrante violação a princípios consagrados do direito público financeiro.

Eram as considerações iniciais, Senhor

Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Líder do PDT, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicio esta falação até destacando aqui a seriedade com que usou da tribuna neste momento o nobre Deputado Bona Turra levantando de fato as preocupações que nós estamos tendo enquanto servidores, pela forma como está se pretendendo extinguir o Fundo de Previdência do Estado. Nós já vimos em outras oportunidades tentar passar esta idéia a representantes do Governo mostrando-lhes que não se acaba com direito do servidor apenas pelo desejo do Governador com uma única canetada. Fico feliz enquanto servidor por um elemento que lhe dá sustentação nesta Casa ter a coragem de corresponder com a sua postura de Deputado e dizer o que aqui disse. Aí se prende a nossa preocupação. Não é apenas o desejo de votar por votar.

E quero mais uma vez, como já registrei em outras oportunidades, dizer da grande eleição num dos maiores sindicatos do Paraná, a APP Sindicato. Nós estamos vendo que este é mais um daqueles sindicatos que se somam aos sindicatos que têm feito Oposição e que tem ido para o enfrentamento em relação ao Governo do Estado. Este sindicato vai voltar a sua origem de sindicato de luta, de sindicato combativo, sindicato do enfrentamento, sindicato que lutará pela verdade, com certeza.

Nós, inclusive, para nossa insatisfação, fomos informados hoje de que aqueles que estão ainda no sindicato até a data de amanhã estão, e que lá estiveram durante dois anos e meio por ação judicial e não pelo voto, estão tentando da mesma forma, tentando tumultuar o processo que foi vitorioso com quase dois mil votos de professores, dizendo que o sindicato foi feito para a representação do servidor público e não para ser mensageiro de Governador, não para ser pelego de sistema, como lamentavelmente foi nestes dois últimos anos e meio, a APP Sindicato. Vemos renovada aquela instituição e a certeza de que a partir deste momento, a partir da posse amanhã, às 17 horas, nós teremos mais um sindicato de luta porque foi a APP sindicato o grande sindicato das lutas do funcionalismo público do Paraná. Esteve inerte aí por dois anos e meio, mas com certeza a partir do dia 30 voltará a dizer aquilo que nós temos dito diversas vezes desta tribuna, que a situação do funcionário público, a situação do professor vai mal e aquele sindicato que devia respaldar

as questões nesta Casa referente aos professores teve transformadas as suas páginas em páginas de elogios e de destaque aquilo que o Governo do Paraná em momento algum fez aos professores do Paraná a não ser tirar-lhes os poucos direitos e as poucas conquistas que teve.

Mas temos de fato que nos parabenizar na certeza de que mais uma vez esta Assembleia e o Paraná verá a APP Sindicato em ação como viu em outras gestões tirando esta que simplesmente fez o papel daqueles para os quais serviu como serviçal em cargos do Governo. Amanhã nós começaremos a escrever uma nova história na luta dos professores do Paraná a exemplo daqueles que tanto já fizeram.

E temos que registrar aqui a nossa preocupação, assim como muito bem colocou daquela tribuna, o Deputado Bona Turra, mas temos certeza que como levantamos, naquela oportunidade da criação do Fundo, depois fomos criticados porque éramos contra a criação do Fundo pelo Governo do Estado, fomos criticados naquela oportunidade, porque dizíamos que da forma como estava sendo ou que se pretendia implantar o Fundo de Previdência, com certeza, este Fundo estaria fadado a ser mais um INSS na história da vida do servidor público. Está aí a realidade e mais uma vez, de forma truculenta, que é o Governo do Estado com apenas uma canetada acabar com esse direito do servidor e não quero aqui voltar àquilo que muito bem disse o Deputado Bona Turra, utilizar-se do dinheiro do funcionário público, na execução de obras. Se o Estado não tem poderes para captar recursos, que não faça do funcionário público a cobaia de recursos para a realização de obras que não estão afetas a sua vida no Estado do Paraná.

Quero registrar nesta oportunidade, o que disse, sobre o Fundo de Previdência, o Governo do Estado. Acho que nós não podemos nos ater além daquilo que o próprio Governador dizia. E esta é a preocupação. Se ele dizia, era contestado, não respondia às contestações e achava que estava correto, porque ele não se atinha a verificar as suas posturas quando encaminhou à Casa a criação do Fundo de Previdência.

Dizia naquela oportunidade:

"Fundo de Previdência do Paraná"

- Garantia de aposentadoria com proventos integrais a todos os servidores.
- Possibilidade de melhor remuneração ao servidor ativo.
- Estabilidade para a administração do Estado."

No Paraná, com criatividade, engenho e arte, o problema de previdência social dos servidores públicos começou a ser resolvido.

Estendendo a todos os empregados regi-

dos pela CLT o regime jurídico do funcionário público, o Governo do Paraná, com integral apoio da Assembleia Legislativa, criou o Fundo de Previdência do Estado, constituído da contribuição social dos servidores (10% da remuneração) e do Estado (10% da folha de pessoal, além de mais 2% para o seguro saúde).

São 15 milhões de dólares que todo o mês o Estado reserva para o porvir. Uma formidável poupança que se destina a retirar do Tesouro os encargos das aposentadorias e pensões, possibilitando às administrações do Estado pagarem melhor o servidor.

Assim é o Paraná, Estado pioneiro também em garantir o futuro. Ao contrário de outros Estados que tornaram os funcionários estatutários sem prever o fundo, o Governo do Paraná planejou para o futuro. Abrimos mão de 180 milhões de dólares por ano, que dariam mais brilho para a nossa administração, para garantir as pensões e aposentadorias de nossos funcionários e o próprio equilíbrio do orçamento no futuro. Não fosse isso, as pensões, aposentadorias e o próprio Estado do Paraná se tornariam inadmissíveis em pouco tempo.

Isto é administrar com responsabilidade, garantir direitos de funcionários preservando a eficiência da máquina pública.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem disse e deixou registrado nas páginas da História do Estado, não foi nenhum sindicato, não foi nenhum servidor. Foi o Governo Roberto Requião. Este documento estamos apresentando para que seja transcrito nas páginas desta Casa, para que amanhã não aleguem que todos foram omissos em lembrar a necessidade da discussão deste projeto com todos os segmentos dos servidores públicos.

Nesta oportunidade estamos também apresentando, em nome do bom-senso, em nome da nossa responsabilidade para com o povo do Paraná, a esta Casa, e esperamos ter a aprovação de todos, os requerimentos pedindo o adiamento da discussão do Fundo de Previdência, até que todos os seguimentos sejam ouvidos, até que todos os servidores possam ser participados, até que todos da sociedade paranaense tenham as explicações necessárias. E, mais do que isto, demos entrada, na Comissão de Constituição e Justiça, que lamentavelmente foi rejeitado, pedimos na referida Comissão que vissem o requerimento com o seguinte teor:

"Requer informações do Tribunal de Contas do Estado quanto ao relatório 002/93, da Inspeção Geral de Controle.

Senhor Presidente, os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais requerem, ao egrégio

Tribunal de Contas do Estado, informações quanto às questões enumeradas por sua Inspeção Geral de Controle, no relatório nº 002/93, sobre o Fundo de Previdência do Estado do Paraná.

Requerem, outrossim, o pronunciamento deste Tribunal quanto ao Projeto de Lei 453/93, através do qual o Sr. Governador pretende extinguir o Fundo de Previdência do Paraná.

Sala das Comissões, 22.09.93".

Por que esta preocupação em relação ao pronunciamento do Tribunal de Contas? Porque foi a própria Inspeção do Tribunal de Contas que levantou estes questionamentos. É a própria Inspeção do Tribunal de Contas que coloca dúvidas em relação à extinção do Fundo de Previdência como está proposto. A responsabilidade paira sobre esta Casa. Nada melhor do que o adiamento desta votação, a convocação de membros do Tribunal de Contas, do Conselho Curador e outros sindicatos para discutirem sobre isto.

Concluindo, queremos que o Governo do Estado, através desta discussão de levantamento do projeto de votação hoje nesta sessão, demonstre ao Paraná, e aos servidores públicos, porque o que está fazendo medo não é o Conselho Curador; porque na nossa visão o que aterrorizou o Governo do Estado foi a cobrança feita pelo Conselho Curador e muito bem disse o Deputado Bona Turra, a gestão do dinheiro público deve ser paritária e não unilateral como está querendo o Governo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Servidores Públicos.

Vejam até onde vai a falta de coerência de um Governador. Esta Casa lutou, esta Casa discutiu e esta Casa acabou aprovando a criação do Fundo de Previdência, muito embora com algumas restrições que foram colocadas e bem esclarecidas aqui, desta tribuna, especialmente pela Bancada do nosso Partido - o PDT, conforme já se posicionou o nosso Líder Deputado Paulo Maia. E eu dizia da falta de coerência do Governador do Estado do Paraná.

Vejam que no mês de janeiro deste ano aproximadamente 180 mil servidores públicos receberam nos seus contracheques um comunicado - com papel timbrado do próprio Governo do Estado: "Estado do Paraná, gabinete do Governador Fundo de Previdência do Paraná. Garantia de aposentadoria com proventos integrais a todos os servidores. Possibilidade da melhor remuneração ao servidor ativo. Estabilidade para a admi-

nistração do Estado."

Quem está dizendo tudo isso é o Governador do Estado do Paraná, que distribuiu, repito, 180 mil folhetos como este aqui para os senhores servidores. E aí vai descrevendo o Sr. Governador no seu comunicado ao Servidor Público:

"No Paraná, com criatividade, engenho e arte, o problema da previdência social dos servidores públicos começou a ser resolvido. Estendendo a todos os empregados regidos pela CLT o Regime Jurídico do Funcionário Público, o Governo do Paraná com integral apoio da Assembléia Legislativa criou o Fundo de Previdência do Estado, constituído da contribuição social dos servidores - 10% da remuneração e do Estado - 10% da folha de pessoal, além de mais 2% para o seguro saúde. São 15 milhões de dólares que todo mês o Estado reserva para o porvir".

São 15 milhões de dólares que o Estado reserva, todos os meses, para o porvir.

"Uma formidável poupança, 'diz o Governador neste folheto', que se destina a retirar do Tesouro os encargos das aposentadorias e pensões, possibilitando às administrações do Estado pagarem melhor o servidor".

Para quem está chegando agora, nas galerias, eu repito: 180 mil servidores públicos receberam em janeiro este folheto distribuído pelo Governador do Estado que eu estou lendo aqui.

"Assim é o Paraná. Estado pioneiro também em garantir o futuro. Ao contrário de outros Estados que tornaram os funcionários estatutários sem prever o fundo, o Governo do Paraná planejou para o futuro. Abrimos mão de 180 milhões de dólares por ano que dariam mais brilho para a nossa administração para garantir as pensões e aposentadorias do nosso funcionário e o próprio equilíbrio do orçamento no futuro". Aí, sublinha o Governador aqui: "Não fosse isso, as pensões, a aposentadoria e o próprio Estado do Paraná se tornariam inadmissíveis em pouco tempo. Isto é administrar com responsabilidade, garantir direitos aos funcionários preservando a eficiência da máquina pública."

Quem é que assina, Srs. Servidores? Quem é que assina, Srs. Deputados, esta nota distribuída em janeiro para 180 mil servidores...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. ALGACI TÚLIO - (É-lhe tirado o som). Para concluir, Sr. Presidente.

Quem assina esta nota certamente não é o Deputado Algaci Túlio, não é nenhum Deputado desta Casa, mas nada mais, nada menos, que o Governador do Estado do Para-

nã, Roberto Requião.

Em janeiro, o Fundão era bom!

Em janeiro, o Fundão era importante!

Em janeiro, o Fundão era prova de inteligência do Governo do Estado, era prova de preocupação do Governador para com o Servidor Público! Era o resgate do Servidor Público na questão da Previdência.

Hoje, tudo isto aqui que foi gasto para ser imprimido, foi gasto para que você Servidor, recebesse junto com o seu contracheque, nada mais vale! É apenas um papel, quem sabe poderíamos nesta hora rasgar.

Então, fica aqui esta colocação, já que o nosso Líder Paulo Maia, a nossa posição, a posição da Bancada do PDT fica aqui colocada e que reforço neste momento, lamentando que ontem era bom o Fundão, que era propaganda do Governador; hoje, ele não serve mais!

Obrigado!

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos).

A Mesa solicita aos visitantes que se encontram nas galerias que não é permitido interferir no pronunciamento dos Srs. Deputados. Solicito a todos que se assentem! Não será permitida a presença de ninguém de pé nas galerias.

A Sessão está suspensa!

(É suspensa a sessão).

(É reaberta a sessão).

Esta Presidência dá ciência a todos os presentes: artigo 110 do Regimento Interno. (Lê):

"Qualquer pessoa poderá assistir..."

Nesse sentido, solicito a todos que nos visitam no dia de hoje que procurem contribuir para que possamos ter os trabalhos sendo desenvolvidos no seu ritmo normal para uma Sessão dentro daquilo que estabelece o nosso Regimento.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No último final de semana o Paraná recebeu a visita do Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, que veio ao Paraná abrir o Seminário do nosso Partido que discute as questões do MERCOSUL.

Foram dois dias de intensos debates na Universidade Popular do Trabalho onde estiveram presentes os Delegados de oito Estados brasileiros e as melhores cabeças do Partido dos Trabalhadores se debruçando sobre o Projeto de integração dos Países do CONESUL. O PT tomou essa iniciativa pioneira em termos partidários porque temos a consciência da responsabilidade que

pesa sobre nossos ombros para conduzir o Brasil a partir de 1995, para o início da construção de uma sociedade mais humana, mais fraterna e igualitária. A discussão do MERCOSUL para nós é fundamental porque hoje não se pode mais num País discutir apenas os seus problemas internos sem levar em conta a realidade mundial, se formam na América do Norte os blocos dos Estados Unidos, Canadá, e agora, mais recentemente, com o México. Formam-se os blocos dos Países Asiáticos. Forma-se o bloco da comunidade econômica européia. E todos esses blocos têm, como características comuns, a livre circulação interna de mercadorias de capital de trabalho. Enfim, uma integração econômica de fato. E esses Países assim procedem para que tenham condições de concorrer no mercado internacional, e o Brasil também, juntamente com a Argentina, Uruguai e Paraguai, prepara-se para a partir do ano que vem, abrirem as suas respectivas fronteiras criando um mercado interno muito grande.

Mas, nesse Seminário na avaliação que nós do Partido dos Trabalhadores fizemos, de forma ainda preliminar, foram levantadas dúvidas muito importantes que devem figurar na pauta de preocupação de todas as pessoas sérias e que têm alguma responsabilidade com os destinos deste País.

Constata-se que o MERCOSUL, ao mesmo tempo em que abre as fronteiras entre os quatro países, não tem até agora, pelos seus tratados, tomado o devido cuidado para proteger essas mesmas economias da concorrência desleal que nos proporciona os países mais desenvolvidos. Citamos um exemplo: a Comunidade Econômica Européia trata internamente a sua agricultura com subsídios enormes internamente e faz uma concorrência desleal aos demais países exportadores de matéria-prima para o mundo. Isto significa que a Comunidade Econômica Européia consegue proteger a sua agricultura, conseguindo levar aos demais países do mundo, produtos com custos irreais. E o Brasil, Argentina e Paraguai não tem tomado o cuidado de tomar medidas de confronto, de retaliação e até mesmo de preservação para impedir que esses produtos cheguem até aos nossos respectivos países.

Então, nós abrimos a economia dos quatro países, mas abrimos de uma forma prejudicial para os demais países do mundo, especialmente para os novos blocos que estão se formando e que têm lá também as suas barreiras alfandegárias, o seu protecionismo interno.

Ainda mais do que isso. Constata-se, pela discussão que se encaminha, do modelo de MERCOSUL que está sendo pensado e que será adotado em 94, tem sido objeto de discussão ao nível, dos países membros, do

Governo, especialmente pelos setores empresariais do Brasil.

Qual é a consequência que nós podemos observar deste comportamento? É que, na verdade, as elites empresariais e as elites políticas do Brasil, Argentina, do Uruguai e do Paraguai buscam com o MERCOSUL apenas a ampliação dos seus mercados internos, sem que para isso seja necessário uma distribuição de rendas para as suas respectivas populações.

Sabem os Senhores Deputados, embora com uma população com mais de cem milhões de habitantes, não tem mais do que trinta e cinco milhões de brasileiros que, efetivamente, tem capacidade de consumo, poder aquisitivo para comprar os produtos gerados pela nossa agricultura, pela nossa indústria e pelo nosso setor de serviço. Com a abertura do MERCOSUL, os setores empresariais terão acesso também à elite da Argentina, ao mercado consumidor apenas formado pela elite do Paraguai e pela a elite do Uruguai.

Percebam os Senhores que com essa política os setores empresariais conseguirão ampliar de trinta para quarenta, cinquenta milhões de habitantes o seu mercado, sem que para isso seja necessário uma distribuição de rendas nos países membros do MERCOSUL.

O que na verdade está por trás da visão de integração dos empresários e das elites políticas deste País é a possibilidade de viabilizar os setores industriais, os setores mais competitivos sem que seja necessário uma correta distribuição de rendas nesses países.

Nós do Partido dos Trabalhadores não podemos concordar, de forma alguma, com esta visão de integração.

Para nós uma visão de integração entre esses quatro países significaria, sobretudo, que nós pudéssemos utilizar a força econômica e a força tecnológica, a força cultural que existe em cada um destes países, para que pudéssemos promover o pleno desenvolvimento da cidadania a todos os cidadãos destes respectivos países.

Quando digo isto, digo porque o Partido dos Trabalhadores já tem consolidadas, em linhas gerais, as diretrizes do seu projeto nacional, que será apresentado ao povo o ano que vem. Dentre estas diretrizes, está fundamentalmente, a eliminação de um modelo neo-liberal, que começou a ser aprofundado e implantado pelo Governo Collor, e que está sendo dado continuidade pelo Governo Itamar, e que pretende, de um lado, a abertura do país aos interesses internacionais, que pretende dar uma competitividade às empresas brasileiras, às custas da concentração de renda, às custas do interesse do capital financeiro, mantendo a exclusão de mais de 70 milhões de

brasileiros do mercado de produção e do mercado de consumo.

Para nós, é fundamental eliminarmos este modelo capitalista selvagem que exclui a grande maioria do povo dos benefícios da riqueza que ele gera, este capitalismo predador das nossas riquezas nacionais, este capitalismo que não passa de um apêndice dos interesses neocoloniais das nações mais ricas deste Planeta. Para nós, esta é a questão fundamental.

Acreditamos que o Brasil poderá retomar o seu desenvolvimento econômico. Mas, não vamos retomar o desenvolvimento econômico com a abertura escancarada ao mercado internacional nem com o aumento do poder aquisitivo de uma elite, que já vive no luxo, neste País. Para nós, o novo ciclo de desenvolvimento econômico para o Brasil está condicionado à incorporação destes 70 milhões de brasileiros no trabalho, na produção e no consumo.

Então, antes que se proceda, para nós, a criação de um MERCOSUL, é fundamental se proceder a criação do MERCOBRÁS, que é a derrubada das barreiras invisíveis do "apartheid" social que temos em nossa Nação, que separa de um lado uma minoria que vive de luxo e de fartura, e de outro, milhões de brasileiros que são relegados à miséria, à fome, à violência e à exclusão social, cultural e econômica. Para nós, é fundamental esta integração. E esta integração somente poderá se consumir se o Brasil proceder as reformas estruturais, que há tanto tempo são reclamadas, em nosso País.

Reformas estruturais da economia brasileira passam, necessariamente, por uma reforma agrária, passam necessariamente, por uma política agrícola que permita o desenvolvimento da pequena propriedade, que permita à pequena propriedade verticalizar a sua produção, se modernizar, ter condições de oferecer à família, onde ela se encontra, condições dignas de sobrevivência.

Reformas estruturais, para nós, significa subordinar o capital financeiro aos interesses da produção. Hoje, no Brasil, os bancos arrecadam 16 milhões de dólares de lucro às custas do tesouro e do sacrifício do povo brasileiro.

Para nós, os bancos devem cumprir a função para a qual eles existem e foram criados, que é o financiamento da produção. Esta reforma do sistema financeiro é fundamental.

É fundamental a adoção de uma política industrial. Não esta que o Governo Collor pretende implantar, que força a criação de monopólios, que força a criação de cartéis, esta política de entrega do patrimônio público das estatais brasileiras ao capital financeiro e aos monopólios e às

multinacionais. Mas, sim, uma política industrial que valorize o pequeno industrial, o pequeno empresário, o médio empresário, que gera impostos, que gera empregos para este País. Senhores Deputados, para nós o MERCOSUL deve ser muito mais do que a simples unificação de tarifas e a liberdade no comércio. O MERCOSUL para nós passa pela criação de uma identidade cultural e histórica entre os povos da América Latina. Valorizar a cultura e a história do nosso povo. O MERCOSUL para nós tem sentido quando podemos juntar as inteligências desses quatro países, fomentar o desenvolvimento tecnológico, disseminar e socializar o produto do conhecimento para todo o povo desses países. Para nós a integração é fundamental internamente, dentro de cada país para que cada cidadão seja alçado à condição de dignidade. Para nós o MERCOSUL deverá levar em conta a proteção dos direitos sociais dos trabalhadores dos seus respectivos países. O MERCOSUL jamais poderá significar o rebaixamento das conquistas sociais e trabalhistas, mas sim a elevação em patamares maiores dessas mesmas conquistas.

O PT, portanto, Srs. Deputados, se prepara para oferecer não apenas ao Brasil mas a toda América Latina um novo modelo de desenvolvimento econômico. Isto é fundamental, porque sabemos que após as eleições presidenciais do ano que vem cerca de 12 países na América Latina irão proceder também eleições presidenciais em seus respectivos países e temos certeza de que a vitória das forças democráticas e populares do Brasil significará um incentivo uma alavanca para que os demais países da América Latina também façam as suas opções pela esquerda para o Governo de seus respectivos países. E isto ocorrendo temos a certeza de que tendo governos democráticos e populares não apenas no Brasil, mas também no Uruguai, também na Venezuela, no Equador, no Chile, na Bolívia, nos demais países da América Latina, teremos condições de uma união talvez muito mais ampla do que o MERCOSUL, uma união de todos os povos da América Latina para que possamos enfrentar com eficiência os dramas da dívida externa, tenhamos condições de enfrentar com eficiência o novo colonialismo que tentam nos impor as nações mais ricas do planeta.

Sr. Domingos Carvalho - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Quero dar parabéns ao nobre Deputado pelo excelente pronunciamento até agora.

O nobre Deputado fala em reformas, mas tenho a impressão que uma reforma a nível nacional ela praticamente pouco efeito vai ter, tanto sobre a economia do Brasil na

parte social, enfim, sobre todos os aspectos.

Se voltarmos atrás na história do mundo vamos verificar que as reformas que ocorreram elas tiveram efeito por todo o universo, por todo o planeta terra, em outras palavras.

Por exemplo a reforma religiosa quando surgiu o Luthero. Ela teve influência em toda a igreja católica, não só na Alemanha aonde residia Luthero. No caso da reforma política com o Iluminismo contra o Absolutismo.

Então teve influência na libertação, na independência dos Estados Unidos da independência dos países da América Latina, inclusive, da Revolução Francesa. Então eu acredito que uma reforma deverá ocorrer e talvez se chegou a citar a nível de América Latina. É importante que ocorra em vários países, porque se ela ocorrer somente no Brasil, a não ser que seja muito forte, poderemos influenciar outros países do mundo, mas é necessário que essa reforma ocorra de uma maneira geral, pelos países do Terceiro Mundo, que são os países que estão sofrendo as piores dificuldades, principalmente no ponto de vista sócio-econômico. Quero dar parabéns ao seu pronunciamento, mas queria dar esse adendo ao seu pronunciamento, que uma reforma somente a nível nacional, uma mudança política, pouco irá resultar, porque seremos sempre influenciados pelo capitalismo internacional.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência Deputado Domingos Carvalho.

Vossa Excelência há de convir que uma longa caminhada sempre começa pelo primeiro passo. Infelizmente o Brasil sempre teve a característica e em geral, os demais países do Terceiro Mundo, que têm elites econômicas que se associam ao capital internacional e que conseguem subjugar os povos, conseguem subjugar a sua nação e com os benefícios dessa associação com o capital internacional, benefício próprio para uma pequena parcela, permitem e conseguem subordinar o país inteiro aos interesses coloniais.

Assim estamos nós com o nosso Ministro da Economia discutindo com o Fundo Monetário Internacional, o plano de estabilização que se quer discutir com a sociedade brasileira.

Vai discutir antes com o FMI para depois vir discutir aqui com o povo. Ainda não temos soberania de fato. O que V. Exa. há de convir, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva significa a ruptura histórica com mais de 500 anos de colonialismo no Brasil. Luiz Inácio Lula da Silva chegando, ao poder neste País não chegará por

força do apoio de multinacionais, nem de empreiteiros, nem de banqueiros, coisas do gênero. Se chegar à Presidência do Brasil, chegará oriundo do movimento sindical, que é o movimento da resistência do povo, chegará pela força dos movimentos sociais deste País. Quando digo - movimentos sociais - digo desde os movimentos dos seringueiros do Acre e da Amazônia, passando pelas comunidades indígenas, passando pelos sem-teto, pelos sem-terra, pelas comunidades, grupos de reflexão da igreja, passando pelos intelectuais que hoje temos em nosso País. Chegará Lula à Presidência da República, com esse apoio social. Chegará portanto, com o apoio do povo brasileiro e sem falsa modéstia, quero dizer a V. Exa. que o Brasil infelizmente, nunca ocupou de fato o cenário que ele tem direito a nível internacional, o lugar do cenário que ele tem a nível internacional.

Somos uma Nação continente. O que ocorre no Brasil tem influência imediata e significativa no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela. As mudanças políticas que se processarem no Brasil, fique certo V. Exa., terão reflexo imediato na situação política dos demais países e quando nós iniciarmos o processo de reformas estruturais na sociedade brasileira, a América Latina estará atenta. Os povos da América Latina receberão as notícias sobre a reforma agrária, sobre as políticas agrícolas que estão sendo implantadas, sobre as políticas sociais, na área da educação, do desenvolvimento tecnológico, na área das políticas de saúde, na área das políticas de habitação e se tornarão paradigmas para toda a América Latina. Certamente se incorporarão ao sonho e à utopia de outros povos. Temos consciência do papel que nos reserva as eleições do ano que vem. Depois do desmoronamento do socialismo real que existia especialmente no bloco soviético, o socialismo que na verdade se traduzia quase que na estatização da economia, e também num profundo controle, pelo partido e pelo Estado, da sociedade civil, percebemos a falência deste modelo.

Mas o término do socialismo real, aparentemente procura dar a idéia a toda a humanidade de que a saída está no capitalismo. Este capitalismo que é ótimo talvez para os japoneses, talvez seja ótimo para os franceses e alemães, e para uma boa parte dos americanos. Mas é este capitalismo selvagem que gera os 30 milhões de indigentes que temos em nosso País. E exatamente hoje a vitória de Lula o ano que vem significará talvez o primeiro exemplo, a nível mundial, da possibilidade de um novo modelo, de um novo sistema econômico e social, de um sistema que caminhe para o socialismo, mas que tenha, junto

com os valores da igualdade entre os homens, econômica e social, que preserve também como valor essencial a construção da democracia.

Esta a grande contribuição que o PT consegue dar a toda uma humanidade. Conseguimos criar um partido que nasceu das lutas de um povo. Um partido que tem condições reais de tomar o controle da Nação brasileira no ano que vem, pelo processo democrático. Um partido que respeita as opiniões divergentes. Um partido que se criou e se formou nas lutas democráticas, nas lutas sociais.

Este exemplo do PT, se apropriando da máquina política do Governo Federal no ano que vem, terá condições de concretizar este novo modelo de desenvolvimento social para todos os Países do Terceiro Mundo.

O que pretendemos, não é certamente o modelo adequado para os americanos, para os japoneses, talvez não seja para os alemães, para os italianos e franceses, mas certamente as mudanças que pretendemos implantar, muitas delas serão paradigmas e serão interessantes de serem aplicadas no Paraguai, na Argentina, no Uruguai.

Tenho certeza de que a vitória de Lula no ano que vem irá criar uma ilha de prosperidade em todo o Planeta Terra. Não vamos conseguir em cinco anos, fazer tudo o que pretendemos, mas temos certeza que conseguiremos fazer uma grande revolução no Brasil. Uma revolução democrática, uma revolução que consiga ampliar os espaços da democracia, da participação do nosso povo. Será uma revolução no sentido da comprovação de que é possível apenas crescer num País como o Brasil, se distribuímos renda. Não o contrário, como dizia o Delfim: "vamos deixar o bolo crescer para depois distribuir".

Para nós, do PT, é fundamental que este crescimento somente será possível se iniciar, a alavanca dele será a distribuição de renda.

O Sr. Ovídio Constantino - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Ilustre Deputado, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Gostaria de fazer um comentário sobre o assunto que Vossa Excelência trata nesta tribuna hoje.

Escreve o jornalista José Newmann sobre o nosso Partido. O jornalista coloca em sua matéria, duas posições que ele atribui às elites brasileiras, à elite dirigente sobre o nosso candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Comenta ele que as elites criam dois cenários sobre o nosso candidato à Presidente. Num cenário, pintado como na campanha eleitoral de 86, ele é colocado

desta forma: "O pernambucano baixinho, gordo, fanhoso, com os "s" pronunciados entre os dentes, é a própria imagem do lobo comedor de criancinhas comunista". Num outro cenário: "O barbudo ex-Líder dos metalúrgicos do ABC Paulista pode ser cotado, até mesmo comprado, quando se for o caso, quando estiver no poder".

Tão burras quanto estas projeções das elites brasileiras - que entendo que o nobre jornalista faz parte - é a interpretação que se faz e o modo como as elites percebem ou fazem política neste País.

O sistema político do nosso País vem há quinhentos anos sendo dominado...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pergunto ao orador que se encontra na tribuna, se fará uso do Horário da Liderança do PT?

Vossa Excelência passa a falar no Horário da Liderança do PT, por sete minutos e meio.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Desta forma, a análise que o nobre jornalista faz desta matéria, é um tanto absurda, ou melhor, mais absurda é a forma como as elites dirigentes e as elites políticas brasileiras fazem política. Quando vêem um líder sair das massas, como o caso do companheiro Lula, se abrigue esse cenário de um homem público que vem da confiança da classe trabalhadora brasileira.

É absurdo concordarmos, entendermos o que pensam da política - e como mostra por esses cenários e por esta matéria - a forma estreita, corrupta, safada, que as elites fazem política nesse País; quando se vê um líder, por natureza, sair das massas populares - e que pela história do nosso País, em 500 anos nunca houve uma situação como esta - atribui-se as suas práticas, as práticas como aqui são colocadas: ou se taxa de baderneiros, comunistas, comedor de criancinhas, etc; ou se taxa de que é algo facilmente comprado, como mercadoria, que é o que as elites brasileiras e grande parte dos políticos desse País usam fazer do povo nas épocas das eleições.

O nobre jornalista ainda atribui ao nosso Partido o seguinte: "O Partido dos Trabalhadores hoje é apenas uma sigla. O PT realmente é o Partido dos funcionários públicos, dos cidadãos que precisam do Estado para sobreviver". E aí ele delinea: "O PT é o Partido dos professores universitários e de outros profissionais liberais de ocupação intelectual, como jornalistas, dos bancários, dos políticos federais, do pessoal da Receita; enfim, dos cidadãos que precisam do Estado para sobreviver".

Infelizmente o nobre jornalista, pela sua matéria aqui, não se classifica estar

entre esses jornalistas que vêm no PT um projeto político para o País - para a maioria do País - e não esse projeto político que as elites - que pela matéria, o jornalista faz parte - criaram e fizeram deste País um cenário de miséria internacional, que envergonham o nosso País no exterior e também aqui dentro, quando nesse modelo se cria a situação econômica social de miséria que o nosso povo está sujeito nesse momento. E ainda, para concluir, nobre Deputado, queria tecer um comentário sobre a seguinte parte que o jornalista escreve na sua matéria: "Os recentes encontros dos militantes do PT e suas bases revolucionárias, mostra que é composta de células montadas nas paróquias e comandadas por sacerdotes estrangeiros que vêm de Países onde a situação de injustiça não existe, onde a cidadania é respeitada, se indignam vendo a situação de injustiça e flagrante desrespeito ao ser humano que acontece aqui nesse País.

Quisera, Deputado Ernani Pudell, que todos brasileiros pudessem indignar-se como se indignam os sacerdotes, os jornalistas, os intelectuais, os políticos, aqueles que querem realmente a solução dos nossos problemas nacionais e que nós pudessemos, realmente, construir um projeto para tirar o País desta miséria e desta crise que faz com que este modelo tenha o título vergonhoso, dizendo que o nosso País tem a maior concentração de renda do mundo, enquanto que a miséria permeia em mais de um terço da população brasileira.

Infelizmente, muitos não se colocam nessa situação de realmente acreditarem num futuro, acreditarem num projeto político, que o PT tem demonstrado criar com seriedade.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Ovídio.

É evidente que a opinião desse jornalista é a mesma da elite brasileira: preconceituosa, gananciosa, egoísta, tem do povo brasileiro. Considero que, no momento em que atacam o Lula com esses adjetivos, na verdade eles estão, sem perceber, explicitando o que eles pensam do povo, porque o Lula é um homem do povo, é uma pessoa que tem uma trajetória política e social que é a mesma de setenta milhões ou mais de brasileiros. E a elite não pode admitir que um cidadão que foi torneiro mecânico, que tem um curso primário e um curso profissionalizante, possa dirigir os destinos desta Nação.

Agora, o temor maior, fiquem certo os Senhores, é pelo resultado que o Governo Lula irá trazer a esse País. Esses dias, o Delfim Neto dizia que não temia pelas mu-

danças econômicas que o Governo iria fazer, mas sim, temia ele pelo fato de que o Partido dos Trabalhadores iria colocar as mãos, por exemplo, no controle da Receita Federal, no controle da Polícia Federal. Aí, talvez, um grande beneficiário do Governo Lula, será o nosso companheiro Alborghetti, que terá belos figurões e belos "tubarões" para apresentar em seu programa diário de televisão, atrás das grades porque sonegaram impostos, porque corrompiam funcionários públicos e foram pegos com a mão na botija.

Este é o temor real que a elite brasileira tem de um governo do Partido dos Trabalhadores, porque sabem que quando chegarmos ao poder, acabar-se-á o processo de privatização do Estado. Aí, talvez, as galerias da Assembléia Legislativa do Paraná, do Congresso Nacional não estarão sempre lotadas com servidores que vêm aqui tentando salvar as poucas migalhas que caem das mesas dos poderosos, mas talvez, teremos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ERNANI PUDELL - Talvez o Plenário e as galerias se encham de "colarinhos brancos" tentando conseguir anistias, leis menos duras contra si e contra os seus privilégios. Como nós tivemos, aliás, aqui no caso do transporte coletivo ontem a pressão de empresários tentando manter os seus cartórios. Tudo isso certamente começará a acabar no Brasil.

Então, acho que a elite tem razão mesmo. Tem que impedir a vitória do Lula, porque quem conhece o povo brasileiro com a sua generosidade, com a gratidão às vezes até excessiva que tem o nosso povo, certamente já tem a antevisão de que um governo democrático e popular que tenha respeito pela sociedade, que amplie os direitos sociais, que comece a combater, de fato, a corrupção, será um governo que terá uma força de um apoio popular e isso sim as elites brasileiras temem e devem temer de fato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós do ex-Deputado Estadual e hoje Conselheiro do Tribunal de Contas - Artagão de Matos Leão.

Registra também com satisfação a presença do Prefeito João Maria do Município de Turvo e do assessor administrativo daquela Prefeitura, Senhor Jorge Mazurk.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a Constituição de Comissão Geral de Plenário para apreciação de emendas apresentadas aos projetos de lei a serem discutidos e votados nesta Sessão Ordinária e nas Sessões Extraordinárias convocadas para a data de hoje. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando destaque para votação do item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão, relativo ao Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 093/93, de sua autoria. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 455/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições constantes na Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

A Presidência, tendo em vista a aprovação do requerimento colocará em discussão as três proposições. Proposição nº 030/93 Veto Aposto ao Projeto nº 93/93 de autoria do Deputado Cezar Silvestri.

Discussão única do Projeto de Lei nº 201/93, Veto 54/93, de autoria do Deputado Eurides Moura.

E Proposição 55/93, Projeto de Lei nº 112/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 030/93,

Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 093/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que autoriza a doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul, conforme específica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF. DTL/SAT nº 140/93

Curitiba, 13 de julho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 101/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 093/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos. Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Diamante do Sul, a Motoniveladora código-3MN 241 - HUBER WARCOO, ano 1974, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre do fato de o mesmo ter sido considerado contrário aos superiores interesses da Administração, conforme informação prestada pelo órgão rodoviário estadual, a cujo patrimônio o objetivado bem integra, de que tal motoniveladora está cedida em comodato a outra municipalidade, onde vem sendo utilizada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício
(O Proj. de Lei nº 93/93, publ. no D.A. nº 21, de 24.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 030/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 093/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que foi comunicado a esta Casa de Leis, pelo Sr. Governador, através do Ofício nº DTL/SAT 140/93, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Executivo vetou o referido projeto de lei usando da atribuição que lhe confere os artigos 87, VII e 71, § 1º, ambos da Constituição Estadual.

A razão exposta pelo Sr. Governador

Curitiba, quarta, em 29.09.93

para o mencionado veto é que o mesmo contraria aos superiores interesses da Administração.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 054/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 201/93, de autoria do Deputado Eurides Moura. Autoriza a doação de terreno, conforme específica, ao Município de Rolândia, para a construção da sede da SINROL. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício DTL/SAT nº 246/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 233/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 201/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Rolândia, para construção da sede do SINROL - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia, o lote urbano nº 16, da quadra nº 69, situado na sede daquela municipalidade e de propriedade do Estado, conforme Transcrição nº 1.933, às fls. 145, do Livro 3/B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio, órgão da Secretaria de Estado da Administração, esclarecendo que a pretendida doação não poderá efetivar-se porque o mencionado imóvel está gravado com cláusula resolutória de uso para finalidade certa, conforme consta da escritura pública pela qual o mesmo foi havido pelo Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 201/93 encontra-se publicado no D. A. nº 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 54/93

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, sob todos os aspectos o mesmo encontra-se em perfeitas condições para ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 055/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 112/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Xambrê, conforme específica, COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT nº 247/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 223/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 112/91, por julgá-lo sem nenhum objeto e, portanto, contrário ao interesse público, diante do fato de que a pretendida reversão imobiliária já efetivou-se através da Lei nº 7.873/84 e da escritura pública, dela decorrente, lavrada às fls. 107, do Livro 553, no 3º Tabelionato de Notas desta Capital.

Esse motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 112/91 encontra-se publicado no D.A. nº 30 de 08.04.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 55/93

VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 112/91

P A R E C E R:

A Proposição nº 55/93, conforme ofício DTL/SAT nº 247/93, de 30 de agosto de 1993, diz respeito ao Veto aposto ao Projeto de Lei nº 112/91, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, ora sendo analisado por este relator, autoriza o Poder Executivo, reverter ao patrimônio ao Município de Xambrê, a data nº 18 e 19, da quadra 24, daquele Município e Comarca estando o terreno lavrado às fls. 39, do li-

vro 73 P do 7º Tabelionato de Notas da Capital do Estado do Paraná, e escritura pública de Doação lavrada no tabelionato de Xambrê, no livro E/B às fls. 107v/109, de 9 de julho de 1970.

Da análise proferida, verificamos que o veto ocorreu em absoluta concordância com as atribuições conferidas ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, pelo disposto no art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1º do art. 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, este relator, manifesta-se favoravelmente pela manutenção do veto, considerando ainda a presente proposição em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

A Presidência informa aos Srs. Deputados que, ao serem chamados, deverão optar pela cédula SIM se desejarem manter os Vetos; e deverão optar pela cédula NÃO se desejarem derrubar os Vetos.

Lembrando mais uma vez que, para derrubar os Vetos e manter os Projetos são necessários 28 votos NÃO.

O Sr. Primeiro Secretário, Deputado Plauto Miró Guimarães, procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Plauto Miró) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência convoca os Deputados Júlio Bifon, Arlindo Troian e Carlos Simões para procederem a contagem dos votos.

(Pausa).

Quarenta e quatro (44) votantes.

Voto em branco: um (01); votos nulos: nenhum; votos Sim: dez (10); votos NÃO: trinta e três (33).

Estão rejeitados os vetos e mantidos os Projetos de Lei nº 093/93, 201/93 e 112/93.

Serão novamente enviados a Sua Excelência o Sr. Governador para serem, desta feita, sancionados.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Esta Liderança requer de Vossa Excelência a interrupção da sessão por dez minutos para que possamos tentar um acordo de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, atendendo ao apelo do Deputado Renato Adur, suspende a sessão por cinco minutos.

(Está suspensa a Sessão)

(Está reaberta a Sessão)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 181/93, 454/93, 455/93, 521/93, 524/93, 460/93 e do Projeto de Resolução n° 003/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 181/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 014/93, que aprova o Crédito Suplementar no valor de CR\$ 22.041.524.000,00 (vinte e dois bilhões, quarenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Faspap, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de n° 01, de autoria do Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01

PROJETO DE LEI N° 181/93

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 181/93, o seguinte artigo:

"Art. ... - Os recursos decorrentes de abertura do presente crédito suplementar serão destinados, prioritariamente, à construção das novas instalações do Instituto Paranaense de Cegos e às obras de reparos do Asilo São Vicente de Paulo, ambos nesta Capital".

Sala das Sessões, em 29.09.93

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Paulo Maia, Luiz Carlos Martins, Cezar Silvestri e Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Obras sociais da maior relevância, há muitos anos o Instituto Paranaense de Cegos e o Asilo São Vicente de Paulo, em Curitiba, vêm desenvolvendo importante trabalho no campo da assistência social aos deficientes visuais e idosos, respectivamente, do Estado do Paraná.

O Instituto Paranaense de Cegos está com sua estrutura, na sede da Avenida Visconde de Guarapuava, completamente comprometida, aguardando a colaboração do Governo do Estado para construção de seu novo prédio no bairro de Campo Comprido, em área cedida pelo próprio Governo do Estado.

Já o Asilo São Vicente de Paulo está com suas instalações, bastante antigas, completamente abaladas, contando com in-

Curitiba, quarta, em 29.09.93

filtrações de água, alagamentos e outros problemas que praticamente inviabilizam suas atividades. Diante disso, a Secretaria do Trabalho e Ação Social já aprovou a realização dos reparos sem, contudo, liberar os recursos para sua realização através do DECOM.

Retorna à Comissão de Constituição e Justiça para parecer.

Com discussão encerrada.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 454/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 043/93, que cria cargo de Provimento em Comissão de Diretor Técnico, do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.. Em votação.

O SR. PAULO MAIA - Para encaminhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. No momento em que se acusa o Fundo de Previdência, através do seu Conselho Curador, de que o mesmo tem exercido cargos, jetons e o Governo preza pela economia e acha que no serviço público deve se entrar através de concurso público, vamos registrar nosso voto contrário, visto que nossa bancada não pode concordar com a contrariedade do discurso. Para o Conselho Curador não é possível e é denunciado como criador de novos cargos.

Hoje para a FUNDEPAR pode-se criar um cargo comissionado e isto não leva a nada e contraria justamente a posição do Governo de que o ingresso no serviço público deva ser por concurso de provas e títulos.

A bancada do PDT registra este voto contrário.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Para encaminhar.

O encaminhamento conferido pelo ilustre Deputado Paulo Maia é absolutamente impertinente, já que a criação do cargo de diretor técnico do Instituto Educacional do Paraná, FUNDEPAR, visa dar provimento em comissão a servidor público de carreira que ingressou no serviço público paranaense por meio de concurso público e que atualmente exerce as funções de diretor técnico daquela instituição sem o correspondente comissionamento.

Além do que, o Instituto Educacional do Paraná é uma das principais entidades educacionais do Estado, responsável pela implementação de cerca de mil obras-mês, que dispõe de departamento de engenharia própria, capaz não só de realização de trabalhos de orçamentação, como também para as tarefas de fiscalização de obras públicas no Paraná.

A regulamentação nova que se deu à instituição, aprovada por decreto governa-

mental a partir da autarquização daquela Fundação, vem hoje sendo complementado com esta medida que visa constituir um órgão colegiado, integrado por três membros diretores, que, em caráter colegiado e deliberativo, executa o conjunto das políticas governamentais no setor.

Portanto, é impertinente o encaminhamento do Deputado Paulo Maia, a matéria é de interesse da educação pública do Estado e é a homenagem que esta Casa faz ao brilhante trabalho que vem sendo executado na área educacional e, em especial, no setor de edificações escolares no Paraná.

É o encaminhamento.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem.

Registramos a posição da bancada do PDT sem ao menos citar qualquer contradição a nível de nossa postura. E não precisamos que o Deputado Bona Turra venha ensinar como devemos proceder.

Este é o procedimento da bancada do PDT no momento em que o funcionário público é acusado e, com certeza, este lugar não vai ser ocupado por um servidor público escolhido pelas próprias entidades.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto 454/93. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 455/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 046/93, que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de CR\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 460/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 048/93, que aprova Crédito Suplementar no valor de CR\$ 18.380.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo, visando atender despesas com manutenção da Casa Civil no decorrer do Exercício de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 521/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 058/93, que reajusta, a partir de 01/09/93, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, do Magistério Público Estadual de 1° e 2° graus, salários dos servidores da ADM, dos Portos de Paranaguá e Antonina, e salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9198/90. Com PARECERES FAVORÁ-

VEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas Supressivas de Plenário, em n° de 03 (três), de autoria de vários Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 01
PROJETO DE LEI N° 521/93

Fica suprimida do artigo 3° a expressão "observada a estrutura da Tabela de Funções do Escalonamento Hierárquico constante do Anexo III do presente texto legal", passando a vigorar na seguinte redação:

"Art. 3° - O soldo dos postos e graduações dos integrantes da Polícia Militar fica reajustado, a partir de 1° de setembro de 1993, em 20% (vinte por cento), na forma da tabela do Anexo II desta lei."

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(aa) ALGACI TÚLIO, EMILIA BELINATI,
PAULO MAIA, CEZAR SILVESTRI,
NAMIR PIACENTINI, LUIZ CARLOS MARTINS,
LUIZ CARLOS ZUK

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Suprima-se do Art. 13 a expressão "ficando revogados os artigos 107 da Lei n° 6.417, de 03 de julho de 1973, com suas alterações e demais disposições em contrário", passando a vigorar na seguinte redação:

"Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de setembro de 1993.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(aa) ALGACI TÚLIO, EMILIA BELINATI,
PAULO MAIA, CEZAR SILVESTRI,
NAMIR PIACENTINI, LUIZ CARLOS ZUK,
LUIZ CARLOS MARTINS

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

Fica suprimida do art. 13 do Projeto de Lei n° 521/93, a expressão:

..."ficando revogados os artigos 107 e 118 da Lei n° 6.417, de 03 de julho de 1973, com suas alterações e demais disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL
OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Luiz Carlos Martins, Rossoni e
Luiz Carlos Alborghetti

JUSTIFICATIVA:

A emenda se faz necessária para evitar agravamento das perdas salariais da categoria, já bastante prejudicada com a situação econômica financeira do País, e em particular, do Estado, que não consegue reajustar os vencimentos do funcionalismo nos mesmos percentuais inflacionários.

Esse projeto recebe emendas de Plenário, será encaminhado à C.C.J. que realizará, logo a seguir, uma reunião extraordinária para apreciação dessas emendas, e retornará em segunda votação na Sessão Extraordinária que realizaremos ainda hoje.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Senhor Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. pretende discutir agora, ou na Sessão Extraordinária?

O SR. ALGACI TÚLIO - Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ele retorna em 2.^a discussão na Sessão Extraordinária.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 524/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que fixa os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam, a partir de 1° de setembro de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o anexo I. Com PARECER FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 003/93, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas. Em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Discutir) - "Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Resolução 003 trata da análise, para fins de aprovação ou rejeição, da prestação das contas públicas do exercício de 1991, sob responsabilidade do Governador Roberto Requião.

O Tribunal de Contas, acatando parecer do Conselheiro João Feder, recomenda sua aprovação com algumas graves ressalvas que devem ser ponderadas por esta Assembléia.

Vale destacar que a análise das contas públicas efetuadas pelo Tribunal de Contas - como auxiliar técnico da Assembléia Legislativa - foi feita com base nos trabalhos de avaliação técnico contábil da Inspeção Geral de Controle, cabendo aos Deputados avaliar o mérito da correção da aplicação das receitas conforme destinação legalmente fixada para atendimento das despesas havidas com a prossecução do "interesse público".

Portanto, transcendendo ao aspecto contábil, que analisa uma equivalência de débitos e créditos, devemos analisar se

estas contas representam o trabalho de uma administração pública que cumpre efetivamente com as suas funções legalmente definidas de busca do desenvolvimento social e econômico do povo paranaense.

A Constituição Federal, em seu Artigo 212, "caput", manda que os Estados apliquem no mínimo 25% de suas receitas com impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Ao invés dos 35,54% que proclamou ter aplicado, o Tribunal de Contas constatou que efetivamente menos de 25% foram aplicados, mais precisamente 21,08%. A função de "manutenção e desenvolvimento do ensino", deve ser destacado, abrangeu, na conceituação do Estado, até a "proteção ao meio ambiente", de discutível enquadramento na rubrica de destinação constitucionalmente prevista relativa diretamente ao ensino: deduzindo esta despesa com "proteção ao meio ambiente" por ser forma discutível de "manutenção e desenvolvimento do ensino", este percentual de aplicação ficaria ainda mais reduzido.

De qualquer forma, constata-se que o Governo do Estado, no exercício de 1991, aplicou bem menos em educação do que proclamavam e queriam fazer crer através da mídia, demonstrando, em última análise, uma consideração bem maior com a sua auto-imagem do que com a autenticidade de suas intenções na manutenção e desenvolvimento do ensino prestado ao seu povo.

Aliás, a questão da "auto-imagem" do Governo, representada mais explicitamente na sua publicidade, é uma das mais escandalosas e que mereceu grave ressalva do Tribunal de Contas, pois efetuada fora das funções constitucionais de educar, informar ou orientar seus destinatários, incorrendo em promoção pessoal e mediante despesa realizada sem licitação prévia.

Na página 111 do Parecer Prévio do Conselheiro João Feder, este atesta e acusa a falta de licitações para publicidade dizendo que "... efetivamente é o que está ocorrendo em nosso Estado, como bem demonstram os fatos e, especialmente, consulta dirigida a este Tribunal pela Secretaria dos Transportes, chamada que foi a pagar uma despesa realizada sem licitação com publicidade e da qual só tomou conhecimento no momento de sua liquidação". Segundo a prestação de contas efetuada, apenas 0,43% do Orçamento foi utilizado pelas atividades de Comunicação Social, quando se constata que, pelo volume de veiculações à mídia, os gastos devem ser muito superiores aos acusados, determinando que duas possibilidades estejam ocorrendo: sonegação de informações ou outros órgãos da administração estejam arcando com gastos de publicidades, sem uma perfeita publicidade de sob que rubrica, implicando efetivo mau uso do dinheiro público.

Informações prestadas pela própria Secretaria de Comunicação Social acerca da inexistência de condições de esclarecer quais os critérios utilizados para seleção dos veículos publicitários utilizados deixou ainda mais preocupado o Tribunal de Contas, pois demonstra que a máquina administrativa, segundo o Conselheiro, "... não se utiliza dos meios de comunicação social para prestar informações ou divulgar seus atos, mas, diferentemente, subvenciona a maioria deles, já que a relação inclui, senão precisamente, todas as emisoras de rádio ou televisão e ainda a todos os jornais, diários ou semanários, e revistas de qualquer ponto do Estado e até mesmo do Brasil, do Mundo como se lhe coubesse uma atribuição de mantê-los em atividade.

Essa não apenas é uma prática que não encontra justificativa como, ainda, se deixa contaminar pelo condenável risco de comprometer a independência da informação". Trata-se de uma grave incorreção e transgressão aos preceitos legais numa área sensível da atuação política dos agentes político-administrativos do Governo, pois representa também uma forma de mantê-los em evidência como produto eleitoralmente vendável.

A atuação dos agentes político-administrativos detentores da Chefia do Poder Executivo no período a que se refere esta prestação de contas, aliás, merece absoluta reprovação no que concerne ao fomento da arrecadação do Estado através da adoção de uma política fiscal que buscasse a uma incrementação na arrecadação do ICMS, e na cobrança dos segmentos inadimplentes deste que é o principal tributo do Estado. O índice de participação do ICMS nas receitas do Estado, de 58,99% é muito pequena e deveria haver um maior interesse no seu fomento. Em 1988 a participação na arrecadação do ICMS era de 5,91% em relação ao País, índice já abaixo da maioria dos demais Estados do Sul e Sudeste, decrescendo para 5,46% em 1991. O poder de fiscalização do Estado sobre os contribuintes foi ficando, ao longo desse período, cada vez mais prejudicado em função de um mal gerenciamento dos recursos humanos na área, absolutamente carente de pessoal e de contingente mal dirigido em suas atribuições, pois a relação entre número de pessoal em "campo" e na área "administrativa" indica uma redução no poder de fiscalização.

A evasão de tributos deveria ser um mal combatido de forma enérgica e eficaz no Estado, apoiado, ainda por uma estrutura eficiente de cobrança das autuações efetuadas: neste sentido é destacável que nos exercícios de 1990 e 1991, 93% dos valores autuados ainda estão carentes de recolhimento, o que representa um volume

considerável de recursos que deixa de entrar nos cofres públicos. Estado que não cuida da cobrança das taxas municipais, sendo a principal delas referente lançamento por atividade comercial, própria do segmento de maior poder econômico, não opera eficientemente em favor das camadas mais carentes da sua população, sendo, conseqüentemente, sob o aspecto legal, ineficiente.

Não seria de se esperar, Senhores Deputados, que diferente fosse de uma seqüência de governos de perfil neoliberal, de discursos populares e prática reacionária e destituída de transparência, pois centraliza em si um volume de recursos que opera de forma a ficar fora do controle da sociedade. Isso se depreende claramente do valor elevado gasto no elemento "Investimento em Regime de Execução Especial" e que exige uma explicação do Poder Executivo acerca da real aplicação destes recursos, pois nesta rubrica é possível realizar-se até despesas de custeio computados como efetivo investimento.

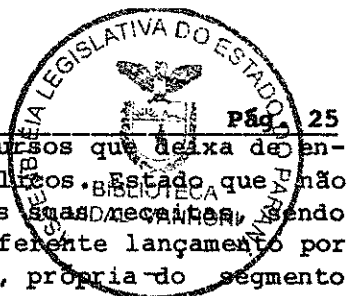
As aplicações em "Investimentos em Regime de Execução Especial" deveriam ser rubrica de utilização excepcional, justamente pelo acobertamento que possibilita da real destinação das despesas e acarretando uma impossibilidade de controle pelos órgãos internos e externos instituídos (e da própria sociedade), mas no Paraná trata-se de uma regra, pois corresponde a 3,68% do total das despesas da Administração Direta. Portanto, antes de qualquer manifestação do Plenário sobre a prestação de contas do Governo, cabe a ele esclarecer, urgentemente, discriminando gasto a gasto, quais despesas foram pagas sob esta rubrica.

De um modo geral, Senhores Deputados, vê-se claramente o divórcio entre as prioridades proclamadas em campanha, e até mesmo depois de eleito, através da mídia fica claro o desgoverno, ou seja a falta de um projeto de governo, sério e transparente e aquelas praticadas no cotidiano destes Governos.

O Conselheiro João Féder, na página 42 do seu Parecer, diz, textualmente, que "... é verdadeiramente surpreendente a forma pela qual o Governo muda prioridades, em especial na área do cancelamento de projetos anunciadores do desenvolvimento econômico e social.

Isto reflete a postura governamental, de resto nacional, que se preocupa exacerbadamente com o individualismo de certas despesas, geralmente de caráter político, relegando-se a plano secundário a formação de capital de interesse coletivo".

Tal declaração, demonstrativo claro da diferença entre o discurso e a prática, característica comum nos Governos Álvaro Dias e Roberto Requião, é prova inequívoca



de uma subversão de propósitos, de desvio de finalidade, de desrespeito ao interesse público socialmente proclamado, constatável na discrepância de aplicações entre gastos com manutenção de atividades (94,98%) e implantação de projetos (5,02%). Inversão grave de prioridade social e legalmente definidas e que compromete as contas apresentadas é contestada.

Senhores Deputados, pelos valores gastos com funções essenciais do Estado: a Segurança Pública neste Estado recebe muito menos dinheiro (apenas 7,92% do orçamento) do que aquele disponível para gasto próprio e a critério do Governador (9,07% do orçamento); a agricultura, segmento de alavancagem do desenvolvimento e que deveria operar suprimindo a necessidade básica da população, em especial de uma legião de quase 2 milhões de miseráveis do nosso Estado, recebe 4,60% do Orçamento, ou seja, metade da verba disponível à Chefia do Poder Executivo (9,07%): a Educação recebeu 21% do Orçamento, muito pouco para uma efetiva atuação de resgate da cidadania de nosso povo, muito aquém, daquele percentual que o Governo gostaria de convencer a população de que aplicou e a saúde, direito inalienável de todo cidadão, teve aplicados apenas 3,21% do orçamento do Estado, o que é menos do que o Governo gastou para a manutenção de uma estrutura basicamente administrativa da Secretaria da Fazenda (que consumiu 3,24% do orçamento).

Como aprovar contas que demonstram uma inversão daquelas reais prioridades do nosso povo? Como aprovar contas que demonstram uma prática administrativa que se contrapõe de forma gritante contra o discurso proclamado à sociedade? Como aprovar contas que representam o inverso de todas as manifestações do Poder Legislativo em benefício do povo paranaense, acarretando efetivo desvio de finalidade? Como aprovar contas que em última análise, são ilegais pois vão contra o "interesse público", cuja prossecução deve ser a finalidade de toda atividade administrativa, incorrendo em efetiva ilegalidade de todos os seus atos de omissão em relação a bens como a Segurança Pública, a Saúde e a Educação? Como aprovar contas de um Governo que comete atos de proveito político próprio através da comercialização de sua imagem? Não é possível aprovar tais contas.

Com efeito Senhores Deputados, não podemos nos esquecer que a democracia apresenta um antídoto eficaz para a eliminação da democracia, da tirania e do autoritarismo, tão peculiares ao Senhor Requião que é a força do voto, as urnas, a verdadeira arma para a construção de uma sociedade livre, consciente, expurgada destas deformações que mancham e dificultam a crença no desenvolvimento do nosso País,

em geral, e do nosso Estado, em particular".

Para conferir os dados que estamos levando ao conhecimento desta Assembléia, que não é obrigação nossa, nós fizemos uma análise bastante profunda e preocupante em relação ao que consta desse orçamento.

Visto isto, a Bancada do PDT se posicionará contrária à aprovação do referido Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto de Resolução nº 3/93. Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT da Bancada do PDT e 4 Deputados do PTB.

Atendidas todas as preferências de votações, retornamos à ordem normal.

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 056/93, de autoria do Deputado Carlos Simões. Torna obrigatório o exame de vista no ato da matrícula de aluno na rede estadual de ensino, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P.. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI Nº 056/93

P A R E C E R:

A Emenda apresentada em Plenário, subscrita pelos nobres Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Florisvaldo Fier, objetiva substituir o § 2º do art. 1º, do Projeto de Lei nº 056/93, de proposição do nobre Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a exigência da apresentação do exame de vista pelo aluno da rede pública estadual de ensino, quando do ato de sua matrícula.

Chamado a opinar, essa Comissão, não encontrou qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Assim tendo em conta tais considerações, emito parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Apoiamento: Djalma de Almeida César, Toti Colaço, Arlindo Troian, Costenaro Neto, Colombino Grassano, Paulo Maia, Nilton Barbosa e Emilia Belinati.

Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Acho fantástico esse Projeto. Acho um sonho.

"Torna obrigatório o exame de vista no

ato da matrícula de aluno na rede estadual de ensino.

Art. 1º - Passa a ser obrigatório o exame de vista no ato da matrícula dos alunos na rede pública estadual de ensino.

§ 1º - O exame terá validade de um ano e será efetuado na própria escola, ou em lugar a ser determinado pela Secretaria de Educação, que colocará gratuitamente o profissional médico/oftalmologista e a devida aparelhagem.

§ 2º - Somente será confirmada a matrícula após efetuado o exame.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A maioria das crianças, por terem problemas oculares, encontram grandes dificuldades com a leitura e a escrita, tornando o aprendizado cansativo e enfadonho devido ao problema não detectado, fazendo com que se afastem das escolas. Algumas vezes, professores e orientadores constatando o problema comunicam aos pais, que leigos no assunto não tomam a devida providência, ou por falta de condições financeiras não levam a criança ao especialista, dificultando assim a permanência e aprendizado escolar."

Acho lindo esse projeto, acho fantástico, acho de fundamental importância se na prática e na realidade ele tiver um complemento, porque de nada adianta a criança ir, isso se for colocado gratuitamente um profissional médico em todas as escolas do Paraná, todas, todas, se for colocar a aparelhagem em todas as escolas do Paraná - todas, isto é projeto de primeiro mundo. Aí realmente o Brasil está dando certo no Paraná!

Se isto aqui for colocado em prática em todas as escolas do meu Paraná realmente o Brasil aqui vai dar certo. Agora eu vou mais além - se os senhores me permitem -, eu atendi um policial militar aposentado de São José dos Pinhais que conseguiu pagar a sua consulta. Um aposentado, com um salário de miséria, um salário assassino, cretino, imbecil, conseguiu pagar. Sabem qual é o problema agora? É fazer o óculos. A consulta ele conseguiu o óculos é que é o problema. Eu consegui o óculos para ele. Isso não é obrigação minha, não! Isso é obrigação do Governo do Estado e do Governo Federal.

Apesar de que estão fazendo leilão em Brasília de um carro para comprar cadeira de rodas, óculos... Tem que se fazer leilão! Vamos fazer um leilão, uma rifinha e daí comprarmos umas cadeirinhas de rodas... Este é o Brasil que tem que lavar a cara e tirar a máscara, e no ano que vem tem esta oportunidade com o título de eleitor.

Agora, este projeto é fantástico, Senhores Deputados! É um projeto lindo!

Respeite-o, Deputado Carlos Simões. O projeto é fantástico, eu apoio, aprovo, etc... Vai ser colocado em prática? Se for, o Brasil vai dar certo, Deputado! Oxalá a sua idéia plantada aqui hoje atravessasse este concreto, chegue até o palácio e lá ele analise e veja: "realmente nós temos que dotar todas as escolas de profissionais com capacidade para fazer um exame médico". Eu não acredito, porque a Secretaria de Educação não tem dinheiro para pagar os Professores do Paraná e vai ser meio difícil ter dinheiro para pagar isso daqui.

Agora eu vou mais além: gostaria de emendar o projeto de V.Exa. para ver só a confusão que vai dar, porque para dar certo realmente a criança, você chega até a criança, faz a fichinha para fazer exame e aí pega o exame e daí precisa saber Deputado, se o pai tem dinheiro para comprar o óculos. Aí é que há problema! Se o pai já não tem dinheiro para fazer a consulta, o pai é pobre e não tem dinheiro. Concordo quando V.Exa. diz aqui que às vezes leigos no assunto... Não é leigo não, Deputado. É falta de grana, tutu... É falta de dinheiro. É a miséria! Muitos não levam os filhos ao oculista porque se levar não tem dinheiro para comer! Não tem dinheiro para comprar pão, leite, cueca, calcinha da mulher, sutiã, a roupa para trabalhar! É a verdade! Não estou mentindo! Não leva o filho porque não tem dinheiro! Não tem! Se for fazer um exame de vista não vai ter dinheiro para comprar a comida.

O projeto em si é fantástico. Vamos aguardar a volta para votar. Vamos tentar, vamos brigar.

Agora eu gostaria de emendar, de obrigar que após a consulta o pai saísse com a criança imediatamente, Deputado Namir, já tivesse a ótica paga pelo Governo do Estado. Se o pai é pobre e não pode pagar a consulta, também não pode pagar os óculos. Então o Governo, através do Secretário de Trabalho e Ação Social do Paraná, poderia ter o óculos de graça. Terminou a consulta, imediatamente pode passar ali e pegar os óculos.

O projeto é fantástico. É um sonho. Se vai dar certo, não sei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto 56/93. Em votação o projeto, ressalvada a emenda do Plenário. **Aprovado o Projeto.**

Em votação a emenda de Plenário, com parecer favorável da C.C.J.. **Aprovada.**

O projeto irá à terceira discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Só para

registrar a presença em plenário do Prefeito de Moreira Sales, com sua assessoria, nosso companheiro Moacyr José Adão, popular "Tatu".

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa registra com satisfação também a presença em plenário do Prefeito Antonio Munhoz, de Florai e do Prefeito de Nova Tebas, Nilo Klhin.

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 453/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 042/93, que extingue o Fundo de Previdência do Estado criado pelo art. 3º da Lei 10219 de 21 de dezembro de 1992. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. Emendas de Plenário com PARECER da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 453/93
EMENDAS DE PLENÁRIO
Nº 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 9

P A R E C E R:

As presentes Emendas ferem os princípios fundamentais da constitucionalidade, quando adentram no campo da iniciativa.

Posto isto, opinamos pela rejeição das Emendas epigrafadas.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Arlindo Troian, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Djalma de Almeida César, Luiz Antonio Setti, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, Ernani Pudell e João Iensen.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 453/93
EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 2 e 3

P A R E C E R:

As presentes Emendas encontram-se revestidas das formalidades legais necessárias, estando, pois, em condições de serem apreciadas em Plenário, com o voto de aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Arlindo Troian, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Djalma de Almeida César, Costenaro Neto, Luiz Antonio Setti, José Arthur Ritti, Ernani Pudell, João Iensen e Luiz Henrique Bona Turra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 453/93
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 10

P A R E C E R:

A presente Emenda necessita da supres-

são do termo "PREVIAMENTE", a fim de se adequar aos princípios legais, deixando desta forma, o vício da inconstitucionalidade, passando, então, a ficar com a seguinte redação:

"Art. - O Poder Executivo comunicará a Assembléia Legislativa, sobre a alocação dos recursos provenientes da extinção do Fundo de Previdência Estadual".

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Arlindo Troian, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Djalma de Almeida César, Costenaro Neto, Luiz Antonio Setti, José Arthur Ritti, Ernani Pudell e João Iensen.

A Mesa recebe, com referência a este projeto, três requerimentos que dará ciência ao Plenário.

Requerimento da Sra. Deputada Emilia Belinati e do Sr. Deputado Paulo Maia, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Namir Piacentini, Cezar Silvestri e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando adiamento de votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 453/93.

A Presidência deixa de receber este requerimento tendo em vista o que dispõe o artigo 159, tendo em vista que o projeto encontra-se em fase de votação, não se admitindo a retirada do mesmo da Ordem do Dia.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem.

Encaminho a Vossa Excelência pedido de recurso ao Plenário, visto que projeto neste mesmo sentido o Plenário, em sessão desta semana, acatou. E neste momento estamos votando a vida de mais de 150 mil funcionários públicos.

Com este requerimento que esperávamos até que a C.C.J., quando encaminhamos preocupação semelhante e Sua Excelência o Presidente da Comissão naquela mesma oportunidade despachou ao Tribunal de Contas requerendo explicações sobre as dúvidas levantadas pelo Tribunal de Contas, lamentavelmente não foi encaminhado em período hábil, foi encaminhado ontem e o Presidente reconheceu, inclusive, a falha naquela oportunidade.

Neste momento estamos requerendo à Casa o adiamento, visto que precisamos estabelecer uma discussão mais aprofundada a respeito desta questão da extinção do Fundo de Previdência. Querer dizer que após aprovada a LDO a "Inês é morta", não nos convence. Há uma acusação que pesa sobre o Conselho Curador, dizendo que aquele Conselho, ao invés de trabalhar pelo engran-

decimento do Fundo dos servidores públicos, está a pedidos de jetons e outras questões mais.

Então, nesse momento, quando se tem dúvidas ao próprio Tribunal de Contas, quando se tem dúvida em relação à postura do Conselho Curador, colocada pelo próprio governo do Estado, esse dinheiro é do funcionário público e não do governo do Estado, nós achamos por bem que esse requerimento deva ser adiado e que se chame o Tribunal de Contas, que se chame o Conselho Curador e que se discuta transparentemente as questões relativas ao Fundo.

Foi pressa do Governo do Estado em criá-lo e agora, da mesma forma, pressa em ter o dinheiro do servidor para aplicação em obras que o governo do Estado não explica quais são. O dinheiro é do funcionário público e não do governo do Estado.

Por isso, para o bem do próprio estado e desta Casa, que não votemos no afogadinho essa questão, sem antes procedermos a discussão entre as partes envolvidas, o sindicato, o Conselho Curador e o Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia, com base no artigo 120 do Regimento que diz das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Eu votarei favoravelmente ao requerimento do Deputado Paulo Maia, também invocando o artigo 120 do Regimento Interno da Casa, por uma razão, porque o Deputado requereu à Presidência da Comissão de Justiça, o envio de pedido de informações ao Tribunal de Contas para que ele pudesse instruir o seu voto na votação dessa matéria.

O requerimento foi feito no dia 22 do corrente mês. De imediato despachei à senhora Secretária da Comissão, o requerimento e fiz uma recomendação pessoal, de que a matéria tinha máxima importância e urgência, que deveria ser encaminhada no mesmo dia ao Presidente do Tribunal de Contas.

Para minha surpresa, só foi atendida essa recomendação na data de ontem não havendo tempo hábil para que as informações chegassem às mãos do Deputado Paulo Maia.

Por essa razão eu votarei pelo requerimento do Deputado Paulo Maia, não só em observância ao Artigo 120 do Regimento Interno, mas se aprovado pela Casa, votarei pelo adiamento da votação e apreciação desse projeto.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós invocamos o § 1º do Artigo 159 onde diz: "Ao projeto em regime de urgência, não será permitido conceder

adiamento". Esse projeto tem regime de urgência, tem prazo legal e regimental para ser aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Quero formular um requerimento à Mesa e se for acatado pelo Plenário, será devidamente enviado de forma escrita, invocando o Artigo 51, § 11 do Regimento Interno.

Hoje, logo após o almoço, nós participamos da Sessão da C.C.J. por força de uma decisão judicial que assegurou o direito da Bancada do PT em ter assento naquela Comissão e tendo em vista a demora com que a Mesa Executiva da Assembléia acabou por apresentar somente na tarde de ontem os cálculos relativos à nossa participação, que assegurava a nossa participação, nós requeremos na Comissão de Constituição e Justiça que tivéssemos o direito, de pelo menos receber vistas na nossa emenda substitutiva nº 01 para contrapor ao parecer do ilustre relator Deputado Trevisan.

O Presidente da Comissão com suas razões, alega que não poderia fazê-lo e que não caberia a ele indicar em tempo oportuno o representante da Bancada do Partido dos Trabalhadores mais sim cabia essa decisão à Mesa.

Então nós entramos com o nosso protesto, deixamos esse agravo retido na Comissão de Constituição e Justiça e, recorremos, agora, à Mesa dessa Assembléia, para que determine à Comissão de Constituição e Justiça que cumpra o disposto no Parágrafo 11 do Artigo 51 do Regimento Interno, assegurando a esse representante do PT na Comissão de Justiça o direito de vistas pelo prazo de três dias, desse projeto que está ora em tramitação pela Casa.

Quero argumentar, dizendo a Vossa Excelência que o acatamento desse recurso seria...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito que Vossa Excelência conclua a questão de ordem e não discuta a matéria.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero concluir dizendo o seguinte: que a aceitação desse recurso é de bom senso porque ela permitirá devolver, de certa forma, a esse Deputado a possibilidade de elaborar um substituto até geral para essa matéria que nós poderemos negociar de uma forma democrática entre os Deputados, as Lideranças e o Governo do Estado e os servidores públicos do Estado do Paraná.

Então eu entendo que esse recurso além de ter amparo constitucional é, politicamente, o melhor remédio para superar o impasse com relação a essa matéria.

Esse é o recurso, Senhor Presidente à Mesa.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós indagamos ontem a Vossa Excelência se com a inclusão, a modificação dos componentes dos membros das Comissões, se haveria nova eleição, nova escolha dos Presidentes dessas Comissões, e Vossa Excelência nos informava que era uma mera e simples substituição dos membros, razão pela qual nós entendemos que alegação do Deputado Ernani Pudell não procede.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Reafirmando, Senhor Presidente, a questão que o Deputado Renato Adur levanta não procede, porque a questão levantada ontem de recomposição e reeleição das Comissões não está dentro da questão de ordem levantada pelo Deputado Ernani, porque nós estávamos fora da Comissão de Justiça por uma determinação da Mesa e que a Justiça nos reintegrou e que a partir de ontem os cálculos foram fornecidos à Casa e hoje a primeira participação que o Deputado Ernani Pudell pode ter na C.C.J. e lhe foi negado esse direito regimentalmente pelo Presidente, mas que não foi culpa da Comissão de Justiça, muito menos do nosso representante na Comissão porque só ontem é que nos foram fornecidos os dados e que nós pudemos entregar à Comissão de Justiça.

Portanto, no meu entendimento não procede a questão levantada ontem pelo Deputado Renato Adur que era quanto a reeleição a fazer novamente a nomeação para os cargos da Comissão de Justiça.

Nós não tivemos oportunidade de participar da discussão do Projeto na Comissão de Justiça pelo fato da mesa não nos ter fornecidos os cálculos no dia de ontem.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós entendemos a posição do PT, entretanto além a dúvida dirimida por Vossa Excelência, ontem para nós, entre as quais estava, também implícita a questão desses prazos.

Mas esses Projetos independem dessa questão, porque no dia 14, estou encaminhando à Mesa para informação de Vossa Excelência, no dia 14 de setembro, portanto há 15 dias atrás encaminhamos um requerimento de regime de urgência. E os Artigos 182, 183, 184 e 185 são bastante claros quanto ao prazo máximo de dez dias para apreciação das questões dos projetos com regime de urgência, portanto, nem no caso anterior nem no caso atual procede a alegação da Bancada do PT, Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa mais uma vez que não recebeu o requerimento de adiamento de vota-

ção, mas em atenção ao requerido pelo Deputado Paulo Maia coloca em grau de recurso ao Plenário.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à decisão da Mesa de não receber esse requerimento de adiamento de votação queiram levantar-se, os que forem favoráveis à postura da Mesa de receber o requerimento, queiram permanecer como estão.

Solicito ao 1º Secretário que faça a conferência dos votantes.

22 (vinte e dois) Senhores Deputados aprovam a decisão da Mesa de não recepcionarem o requerimento.

Os Senhores Deputados que são contrários à decisão da mesa e que são favoráveis à recepção do requerimento queiram levantar-se.

20 (vinte) são contrários à decisão da Mesa.

Está mantida a decisão da Mesa e não é recepcionado o requerimento.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, embora esteja no regime de votação, gostaria apenas de saber qual é o procedimento da Mesa em relação ao meu requerimento e entendo até que prefere os demais requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa anunciou no dia de ontem a composição das comissões, pediu às Lideranças que indiquem os seus Deputados representantes naqueles casos em que isso se fizer necessário.

Até o presente momento não chegou à Mesa ainda, nenhuma indicação pelas lideranças de Deputados para integrar ou substituir Deputados nas Comissões.

A Mesa entende que, quando for o caso, sim, poderá haver eleição nas comissões; se não for o caso, não haverá.

O SR. ERNANI PUDELL - Mas é a questão da devolução do projeto à Comissão de Constituição e Justiça para que eu tenha...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani Pudell, esta questão já foi decidida, inclusive pelo Plenário, neste momento.

O projeto está em votação. Não cabe a sua devolução às comissões. A Mesa rejeitou o requerimento. Houve recurso ao Plenário pelo Deputado Paulo Maia e esse recurso não teve provimento do Plenário; foi mantida a decisão da Mesa de não recepcioná-lo e permanecer o projeto em votação.

Temos ainda dois requerimentos que a Mesa colocará à apreciação do Plenário.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando votação nominal

para o Projeto de Lei nº 453/93. Em votação.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Os contrários que se levantem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está rejeitado o requerimento.

O SR. PAULO MAIA - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procede à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao requerimento de votação nominal queiram levantar-se.

17 Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

25 (vinte e cinco) Senhores Deputados rejeitam o requerimento. Está Rejeitado.

O SR. ERONDY SILVERIO - Senhor Presidente, pela ordem. (Assentimento).

Solicito, mais uma vez, a Vossa Excelência que faça cumprir o Regimento Interno da Casa.

Os visitantes não podem manifestar-se agredindo com palavras os representantes do povo nesta Casa. Cada um democraticamente tem direito a votar de acordo com a sua consciência.

Esta é a regra nº 01, da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita, mais uma vez, às pessoas que nos visitam e que estão nas galerias de honra desta Casa, que permaneçam sentadas e que atentem para aquilo que nós já solicitamos, no início que não se manifestem nem em aplausos e nem em reprovação aquilo que for decidido pelos Senhores Deputados.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação da emenda nº 01, ao Projeto de Lei nº 453/93, constante da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária. Em votação.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Segundo me consta, não existe nenhum Requerimento solicitando votação em bloco destas emendas.

No nosso entendimento, as Emendas já serão votadas, uma a uma, todas elas.

Gostaríamos de um esclarecimento de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não consta nenhum requerimento de votação

em bloco.

O SR. RENATO ADUR - Então, não há necessidade de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado autor retira seu Requerimento.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Qual é a ordem numérica das Emendas que estão sobre a mesa, e de autoria de quem? Qual é o número de ordem da Emenda que o Deputado Ernani Pudell pediu destaque?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ele diz que era a Emenda nº 1. Se for, verdadeiramente, a nº 1, é a número um.

Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, desde os primeiros instantes da Sessão Plenária de hoje, manifestei ao Plenário, como também à Presidência da Casa e à Liderança do Governo e do PMDB, Deputado Renato Adur, as reservas em relação à Mensagem original do Poder Executivo.

Em discussão com Sua Excelência o Governador há cerca de 30 dias, talvez menos, durante a Convenção Nacional do PMDB, já esboçava as reservas que trouxe ao Plenário durante o Pequeno Expediente e usando do Horário da liderança do PSDB...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Peço escusas ao Deputado que ocupa a tribuna, mas gostaria de registrar a presença, neste recinto, do Prefeito de Cidade Gaúcha, no noroeste do Paraná, Indeval Ferrarini.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - ... invocava, pela manhã, comentário autorizado do articulista Luiz Nassif, ao tratar da proposta do Ministro do Trabalho, de extinção do Fundo de Garantia, segundo o qual poupança de longo prazo é bem de inestimável valor, tanto para o seu titular tanto para a economia, como um todo, para concluir que os fundos de pensões, como o Fundo instituído em lei própria no Estado do Paraná, constitui bem inestimável, que organiza as contas públicas, que dá disciplina à matéria previdenciária e que assegura não só os direitos dos servidores públicos, como também os mais altos interesses do Estado.

Invocava, também, para as reservas da Mensagem Original, o artigo 41 da Constituição do Estado, segundo o qual a gestão

de recursos decorrentes de alíquotas que incidem sobre salários, devem ser geridos paritariamente com a participação dos servidores.

Também dizia dos princípios gerais que regem o direito financeiro, em especial do princípio da equidade entre as gerações, segundo o qual e isto em lição autorizada do professor Ricardo Lobo Torres, professor da Universidade Católica de São Paulo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelo princípio da equidade entre as gerações está sinalizado que a geração atual não deve exceder o limite da razoabilidade no endividamento, a fim de não sobrecarregar as gerações futuras, as quais caberá suportar o ônus do resgate.

Dizia também, Sr. Presidente, da confusão de contas públicas que poderiam decorrer da automática extinção do Fundo e de como uma decisão sôfrega e apressada da Assembléia Legislativa poderia implicar em decisão judicial, bloqueando a extraordinária massa de recursos já mobilizados pelo Fundo de Previdência do Estado.

Esses argumentos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, levei à consideração do Procurador Geral do Estado, Dr. Carlos Frederico Mares, que esteve conosco aqui esta tarde e ao Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil do Governo.

O Deputado Líder do PMDB e do Governo sensibilizado com os argumentos que trazíamos à consideração iniciou já às 15 horas de hoje tentativa de contato com o Sr. Governador do Estado, justamente fazendo entender que há um consenso nesta Casa sobre a necessidade de alocar recursos hoje no mercado financeiro para o setor produtivo da economia estadual.

Há um consenso que reúne a todos, que consiste em fazer destinar os recursos hoje previdenciários mantida e garantida a garantia constitucional dos servidores a previdência, aposentadoria e de seus sucessores às pensões, fazer destinar esses recursos a fundos de desenvolvimento, como é o caso do FDE, Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado, como é o caso da implementação dos programas governamentais. Sobre isto há consenso. O que não há consenso e no que há dissenso é sobre a forma como fazer essa alocação.

Defendia junto ao Procurador Geral do Estado que esta alocação deveria ser feita mediante autorização legislativa formal, que de um lado mantém o Fundo de Previdência do Estado e de outro altera a redação do artigo 58 da lei original que instituiu o Fundo de Previdência. Alterando o artigo 58 que diz das destinações e recursos como também que diz do modo como se faz a gerência do Fundo de Previdência do Estado, estaria atendido de um lado o interesse dos servidores de manutenção do seu

fundo de aposentadoria e pensões e de outro o interesse governamental e da sociedade em geral de implementação dos planos, programas e projetos.

Esses argumentos quase chegaram a resultar num pedido pela própria liderança do Governo e do PMDB de adiamento de votação desta matéria. No entanto a evolução da discussão e do debate deu num recuo e na manutenção do processo de votação em segunda discussão.

Quero então, diante da Presidência e dos Senhores Deputados dizer do encaminhamento que reputo o mais correto para esta matéria. Já que não localizado o Senhor Governador durante a tarde de hoje, que está ausente do Palácio e não pode ser acessado pela Liderança do PMDB e do Governo.

O encaminhamento que darei a esta matéria pessoalmente e que entendo o correto para a votação deste projeto está, votarei hoje como votei em primeira discussão ao julgar a constitucionalidade, darei em segunda discussão o voto favorável a aprovação desta matéria num sentido exclusivo de manter a comunicação que entendo necessária e que sou mandatário pelo voto de mais de 12 mil paranaenses que me trouxeram à Assembléia Legislativa, para manter a comunicação necessária com S.Exa. o Governador do Estado, não só pelas reações e identidade ideológica que com ele mantenho, como também pelos vínculos de natureza partidária. Tentarei ainda hoje levar estas ponderações ao Governador, no sentido que possamos, na terceira discussão, portanto, entre hoje e amanhã, ter a reapreciação pelo Chefe do Poder Executivo da matéria, quem sabe podendo resultar no encaminhamento de um novo projeto, que alcance os mesmos objetivos do Governo, sem ferir de morte o Fundo de Previdência do Estado.

Votarei em segunda discussão pela aprovação da matéria, reservando-me para, em terceira discussão, desde que esgotadas as possibilidades de negociação e de reforma da mensagem original, a votar contrariamente pelos motivos que aduzi durante o Pequeno Expediente, Horário da Liderança e encaminhamento de votação.

Portanto, persigo a tese de que é possível negociar e achar uma solução na função dos interesses dos servidores e, sobretudo, consentânea com os princípios de Direito Constitucional e de Direito Financeiro regentes da matéria presente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

É lamentável que esta Assembléia Legislativa venha tomar esta decisão referente ao servidor público. Lamentável porque volto a frisar, quero voltar a registrar nesta Casa as palavras textuais do Governador do Estado.

"Fundo de Previdência Social; garantia de aposentadoria com proventos integrais a todos os servidores. Possibilidade da melhor remuneração do servidor ativo. Estabilidade para administração do Estado. No Paraná com criatividade, engenho e arte. O problema da Previdência Social dos servidores públicos começou a ser resolvido. Estão dando a todos os empregados regidos pela CLT, regime jurídico do funcionário público, o Governo do Paraná, com integral apoio da Assembléia Legislativa, aqui queremos por algumas ressalvas, criou o Fundo de Previdência do Estado, constituído da contribuição social dos servidores, 10% da remuneração, e do Estado 10% da folha de pessoal, além de mais 2% para o seguro saúde.

São 15 milhões de dólares, todo o mês o Estado reserva para o porvir. Uma formidável poupança que se destina a retirar, do Tesouro, os encargos das aposentadorias e pensões, possibilitando às administrações do Estado pagarem melhor o servidor.

Assim é o Paraná, estado pioneiro também em garantir o futuro, ao contrário de outros estados, que tornaram os funcionários estatutários sem prever o Fundo. O Governo do Paraná planejou para o futuro. Abrimos mão de 180 milhões de dólares por ano, que dariam mais brilho para nossa administração, para garantir as pensões e aposentadorias de nossos funcionários e o próprio equilíbrio do orçamento no futuro.

Não fosse isto, as pensões, aposentadorias e o próprio Estado do Paraná se tornariam inadmissíveis em pouco tempo. Isto é administrar com responsabilidade. Garantir direitos de funcionários, preservando a eficiência da máquina pública.

Assinado, Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná".

Em cima destas questões, volto a frisar, só houve um motivo na nossa concepção da bancada do PDT. O Governador Roberto Requião teve receio porque não respondeu aos questionamentos do Conselho Curador do Fundo, porque a partir do momento que o mesmo começou a cobrar sua efetiva determinação das informações a respeito da aplicação de arrecadação de como estava sendo administrado o Fundo de Previdência dos Funcionários Públicos, ele, autoritariamente e unilateralmente, sem ouvir os segmentos dos funcionários públicos, propõe a sua extinção, propõe a guilhotina na cabeça do funcionário público e, com certeza, está pedindo, porque não consegue

arrecadar ICMS e não consegue contrair recursos fora do Estado e vai pedir, ou melhor, vai usar o dinheiro do servidor público na realização de obras, que não é competência do dinheiro do servidor público. Tudo isso é lamentável.

Perde mais uma vez o servidor público, quando já perdeu 400 milhões de dólares que foi reconhecido através de ofício encaminhado a esta Casa pelo ex-governador Álvaro Dias. Perde agora 40 milhões de dólares, como perderia um valor muito maior, porque não diz o Estado também nesta mensagem como ficam os 10%, como fica a saúde do servidor público, porque já está uma vergonha. Hoje você procura o Instituto de Previdência, é encaminhado ao SUD, recebe tratamento vergonhoso pela deficiência daquele Instituto.

Por isso o PDT estará se posicionando contrário, porque esperava, no mínimo, uma discussão transparente com aqueles que são os verdadeiros donos desse dinheiro e desse Fundo, que são os servidores públicos do Paraná e não o governador do Paraná que nem funcionário público é.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação. APROVADO.

O SR. PAULO MAIA - Peço verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. NEREU MOURA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa irá proceder à verificação de votação do Projeto nº 453/93.

ressalvadas as emendas.

Os Deputados que forem favoráveis à aprovação do Projeto 453/93, queiram levantar-se.

(25). Vinte e cinco senhores aprovam.

Os senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito senhores Deputados rejeitam.

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

Votação das Emendas

Iremos apreciar as emendas que têm parecer favorável.

Emenda nº 2: (Lê a emenda)

Com parecer favorável da CCJ.

Emenda de autoria de Alceu Swarowski.

Em votação a Emenda nº 2.

Aprovada.

Emenda n° 3: De autoria de Alceu Swarowski.

(Lê a Emenda).

Em votação.

Aprovada.

Emenda n° 10: de Autoria de Orlando Pessuti.

Com subemenda da CCJ.

(Lê a emenda).

(Lê a subemenda).

A Presidência colocará em votação inicialmente a subemenda da CCJ e se aprovada, prejudicará a emenda de n° 10 (dez).

Em votação a subemenda da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a subemenda da CCJ, emenda de plenário n° 10. **Aprovada.** Está prejudicada a emenda n° 10. Emenda com Pareceres contrários da CCJ.

Emenda n° 1 de autoria do Deputado Ernani Pudell, Dr. Rosinha e outros. Em discussão, em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já que perdemos os dedos tentaremos, pelo menos, salvar os anéis.

A nossa emenda é uma emenda que encontrou simpatia quase que generalizada no Plenário desta Casa. Encontrando simpatia, encontrando sentido social à aprovação dessa emenda, eu tenho a certeza, significará um gesto de afirmação deste parlamento.

Quero aqui, de público, dizer que compartilho com todos os Deputados a autoria desta Emenda. Não será mais se aprovada a emenda da Bancada do PT, nem da Bancada da Oposição, muito menos da Bancada do Governo.

A nossa emenda, pela sua aprovação, permite salvar em parte, o discurso que o Governador Roberto Requião fez quando do envio da Mensagem para esta Assembléia da criação do Fundo de Previdência do Estado. E digo salvar o discurso porque o grande mérito do Fundo de Previdência do Estado é a formação de uma poupança que separada do Tesouro do Estado do Paraná, permitiria para o futuro, que o Estado pudesse honrar as suas aposentadorias e estando elas separadas da conta dos funcionários da ativa, permitiria ao Governo do Estado do Paraná, no futuro, manter uma política salarial condizente e justa para o funcionalismo.

Quero só chamar a atenção dos Senhores Deputados para a realidade de um Estado, vizinho nosso, que não adotou no tempo oportuno com as cautelas oportunas a criação de um fundo de previdência que é o estado do Rio Grande do Sul, que hoje tem uma receita tributária mais do que duas

vezes superior ao Estado do Paraná, e que em razão do inchaço da máquina pública, especialmente pela substituição dos funcionários aposentados, hoje, embora arrecada mais do que o dobro que o Estado do Paraná, paga salários que hoje estão próximos da metade de salários pagos ao funcionalismo deste Estado.

Esta é a antevisão pela possibilidade de não separação das contas do Tesouro com a aposentadoria dos funcionários.

Esta emenda pretendeu mais do que isso. Ela pretendeu fazer com que ao mesmo tempo fosse preservado o Fundo de Previdência dos Funcionários para possibilitar o pagamento de aposentadorias e possibilitar, na outra ponta, uma política salarial justa aos servidores. Ela permite, além disso, a possibilidade do Paraná usar esse formidável montante de recursos, de forma a desenvolver, econômica e socialmente este Estado.

São 180 milhões de dólares por ano. Trezentos e sessenta milhões de dólares em dois anos quando o Fundo terá que começar a pagar os proventos dos inativos do Estado. São 360 milhões de dólares que poderão estar disponíveis para o financiamento da produção do Estado do Paraná. E aí está a questão fundamental: manter-se o Fundo da forma como está; manter-se o Conselho Curador. Mas gravar os recursos desse Fundo com uma cláusula social de que devam os recursos servirem exclusivamente ao financiamento da produção.

O financiamento da produção significa permitir à economia do Paraná que ela se desenvolva. Que se desenvolva a agricultura tão necessária às vésperas da abertura do Mercosul, onde, infelizmente, a nossa agricultura não tem condições de competir com a Argentina, minimizando o impacto social, aumentando a competitividade, a produtividade e a própria renda dos pequenos produtores do Estado do Paraná.

Esta Emenda permite o financiamento das pequenas e médias indústrias do nosso Estado, preparando-as para a concorrência que teremos quando da abertura do mercado Comum da América do Sul. Preparar o Paraná para dar um novo salto, um salto rumo à sua industrialização.

Eu quero citar aqui o exemplo dramático: O Paraná concorre com apenas 5,83% da exportação total do País.

Porém, Srs. Deputados, a falta das nossas exportações demonstra a fragilidade da nossa economia. Dez por cento do total das exportações brasileiras relacionadas ao Paraná são exportação de produtos primários. Apenas 3,59% são de produtos industrializados. É por isto que o Paraná é um Estado economicamente fraco, com uma receita que está muito aquém das nossas necessidades.

O Paraná precisa se preparar para enfrentar o futuro. E enfrentar o futuro, gerar o emprego para um milhão e setecentos mil paranaenses que vivem na indigência, somente se nós viabilizarmos a pequena propriedade e tivermos um programa ambicioso e corajoso de investimento na industrialização deste Estado.

E o que nós queremos com a nossa emenda é que o Fundo se destine a isto.

Agora, o mais importante é que financiando a produção agrícola, financiando a produção industrial o Paraná vai colher emprego, o Paraná vai colher renda para seus habitantes o Paraná vai agregar valores, agregando valores o Paraná arrecada mais; arrecadando mais o Paraná poderá pagar melhor os seus servidores e prestar um serviço de melhor qualidade a sua população.

E o que é tão ou mais importante que isto?

É a possibilidade, única e exclusiva, de aplicação dos recursos do Fundo de Previdência em financiamento que tenham um retorno assegurado. E esta é uma questão fundamental, que no mínimo isto o Parlamento tem por obrigação impor ao Governo do Estado do Paraná.

Financiamento significa dinheiro emprestado. Dinheiro emprestado significa dinheiro que sairá do Fundo com contratos, com garantias reais de retornar a este mesmo Fundo.

Financiando a produção ao mesmo tempo em que nós vamos garantir o retorno e a preservação do Fundo de Previdência do Estado.

Eu apenas lamento aqui que nós não tivéssemos tido tempo suficiente para discutir com o Governo do Estado até porque não houve muito esforço, mas especialmente com os servidores. Então eu quero concluir a defesa da Emenda n° 01 dizendo aos Senhores Deputados, que essa emenda permitirá ao Governo lançar mão dos recursos do fundo de previdência, mas ao mesmo tempo esse dinheiro estará vinculado exclusivamente ao financiamento da produção e ao retorno garantido ao próprio fundo. Terá o Governo do Estado condições concretas de administrar e gerir esse dinheiro, mas nós da Assembléia Legislativa vamos cravar esses recursos com a cláusula social a que me referi.

Eu espero, com toda sinceridade que esse Parlamento tenha a grandeza, a visão, a coragem de aprovar esta emenda, que não contraria em fundamental o que pretende o Governo e muito menos os interesses do Paraná e dos servidores. Ela procura equilíbrio, procura a justiça, procura fazer com que esses recursos gerados pelo próprio Paraná sejam aplicados em benefício de toda a população do Estado, especial-

mente dos servidores do Estado do Paraná.

Eu peço, portanto, aos Srs. Deputados, esse gesto de grandeza, esse gesto de visão política de longo prazo. Apenas, concluindo, dizer o seguinte, os representantes do Governo dizem que vão usar esse dinheiro na produção, mas essa garantia não está institucionalizada, não consta em Lei.

Então, para que nós não permitamos que no futuro esse dinheiro fuja dos objetivos que o próprio Governo anuncia para sua aplicação, vamos aprovar a emenda n° 01.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda n° 01 de Plenário de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e outros, que recebeu Parecer contrário da CCJ.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à Emenda permaneçam como estão. Os contrários que se levantem.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis à emenda n° 01 queiram levantar-se. Dezoito Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e dois rejeitam. Está REJEITADA.

Emenda n° 04, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, com Parecer contrário da CCJ. Lê Emenda n° 04: "O montante..."

Em votação a Emenda. Está REJEITADA a Emenda.

Emenda n° 05, de autoria da Deputada Emilia Belinati. (Lê emenda). Parecer contrário da CCJ.

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Os contrários que se levantem. REJEITADA a emenda.

Emenda de n° 06, também com parecer contrário da CCJ, de autoria da Deputada Emilia Belinati. (Lê emenda).

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Os contrários que se levantem. REJEITADA a emenda.

Emenda n° 07, com parecer contrário da CCJ, de autoria da Deputada Emilia Belinati. (Lê emenda).

Os Senhores Deputados que são favoráveis permaneçam como estão. Os contrários que se levantem. REJEITADA a emenda.

Emenda n° 08, de autoria do Deputado Élio Rush, com parecer contrário da CCJ. (Lê emenda).

Os favoráveis permaneçam como estão. Os contrários que se levantem. REJEITADA.

Emenda n° 09 de autoria do Deputado Élio Rusch, com parecer contrário da CCJ. (Lê emenda).

Os Deputados que forem favoráveis

queiram levantar-se, os contrários permanecem como estão. REJEITADA.

O Projeto irá à terceira discussão.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Inteligência é uma das coisas que devem ser ditas.

Deve ser até cumprimentado o Deputado Alceu Swarowski pelo que fez, ainda que esta inteligência tenha sido usada para o mal, na minha opinião.

Quando nós Deputados da Oposição, todos, votamos na Emenda nº 02, nós, infelizmente, e votamos por unanimidade, estávamos extinguindo o Conselho Curador. Somente após a votação é que detectamos o problema que o Deputado Alceu Swarowski, eliminando o Artigo 53, 54, 55, 56, 57 e 58, liquidava de vez o Conselho Curador do Fundo de Previdência.

Acredito eu que nós Deputados da Oposição de todos os Partidos, mais os sindicatos dormimos de touca.

Por isso eu cumprimento o Deputado Alceu Swarowski pela sua inteligência, pela sua perspicácia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não se trata de questão de ordem, Deputado.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Eu gostaria de discordar do nobre Companheiro Fregonese porque no momento em que a Oposição vota como votou, vota coerente com a realidade da extinção. Assume, a partir de agora, todo ônus o Governo do Estado. O único responsável e culpado por qualquer obra desastrosa futura não é de quem aqui teve coragem de dizer não a isso. Quem apresentou a emenda e acabou com o Conselho Curador tem a mesma responsabilidade daquele que acabou com o Fundo de Previdência.

Por isso, eu acho que a Oposição, que teve coragem de votar, está de cabeça erguida.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência solicita que não ocorram conversações paralelas.

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 523/93, de autoria do Tribunal de Contas - OF. nº 1681/93, que reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de setembro de 1993, os vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, ativos e inativos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Rejeitado.

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 525/93, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná. Reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, em setembro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Rejeitado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) . Solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a Verificação de Votação. Dezenove (19) dos Senhores Deputados aprovam. Vinte e dois (22) dos Senhores Deputados rejeitam. REJEITADO.

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 013/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Campina do Simão. (Ex-Projeto de Lei nº 458/93). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, a Assembléia já conhece meu posicionamento, exaustivamente colocado, aqui, acerca da criação de novos municípios.

Na Legislatura passada, esta Casa criou dezenas de municípios novos. Alguns deles não atendiam, sequer, as mínimas exigências da ocasião. Há, na Casa, Projeto do Deputado Nelson Justus, que regulamenta a legislação vigente, específica.

E quero declarar, aqui, já que este assunto, eu entendo, de atendimento de Lideranças com a Mesa, e não voto isolado, mas registro, aqui, o meu posicionamento: não votarei a favor de um projeto, sequer, que vise a criação, a transformação de distrito em município. Porque já criamos demais. Repito, aqui, o fato de que criamos municípios que não tinham, sequer, 5 mil habitantes. Não sei se o rol de 4 municípios, ou melhor, de distritos que pretendem a sua transformação, se atendem a legislação atual.

O meu voto é contrário, Senhor Presidente, nestes e todos os demais até que esta Casa aprecie o Projeto do Deputado Nelson Justus, com as alterações necessárias, que esta Casa requer.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Quero solicitar de V.Exa. e ao mesmo tempo requerer, encaminho à Mesa na se-

quência, nós, em outras oportunidades já retiramos projetos neste sentido, em função de Projeto que está em tramitação nesta Casa, de autoria do Deputado Nelson Justus.

Eu consultaria V.Exa. e encaminharia o requerimento, mas requero neste momento a retirada dos Projetos dos itens 8, 9, 10 e 11 da Ordem do Dia, por 10 Sessões, e que a Mesa estude a possibilidade de colocar na Ordem do Dia o Projeto de Lei do Deputado Nelson Justus, que no nosso entendimento antecede a votação de qualquer criação de município ou autorização para plebiscito, em função de que já está tramitando na Casa, há quase dois anos, o Projeto do Deputado Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa não atende a questão de ordem de V.Exa., não recepciona o requerimento de adiamento de votação, pois a matéria encontra-se em fase de votação.

Está em votação o projeto de resolução 013/93. Os Senhores Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado, com voto contrário do Deputado Basílio Zanusso.**

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 014/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Palmeirinha. (Ex-Projeto de Lei n° 459/93). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, com voto contrário do Senhor Deputado Basílio Zanusso.**

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 016/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Reserva do Iguaçu, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, com voto contrário do Senhor Deputado Basílio Zanusso.**

VOTAÇÃO EM:

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 017/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, no Município de Cantagalo, para que a população decida sobre a criação do Município de Geioxim. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, com voto contrário do Senhor Deputado Basílio Zanusso.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto e Lei n° 327/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida

César, que altera o Art. 1° da Lei n° 9.244 de 14 de maio de 1990, conforme específica. (Altera as divisas do Município de Ventania). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto e Lei n° 017/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leocádia Braga Ramos, com sede no Município de Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto e Lei n° 053/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera artigos do Decreto n° 3926, de 17/10/88, e dá outras providências. (SANEPAR). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Registramos os votos contrários do PDT pelas razões apresentadas na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto e Lei n° 225/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São João do Ivaí - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto e Lei n° 250/93, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento do fumo na fonte de produção e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de n° 01, de autoria dos Senhores Deputados Toti Colaço, Luiz Henrique Bona Turra e Ovídio Constantino, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE N° 01 PROJETO DE LEI N° 250/93

Art. 1° - A comercialização, classificação e recebimento do fumo de estufa e de galpão, quando da aquisição pelas empresas e firmas industriais, exportadoras e de comercialização em geral, serão efetuadas na fonte de produção, com a participação do produtor vendedor e da empresa ou firmas compradoras.

§ 1° - Entende-se como fonte de produção o estabelecimento rural onde ocorrem as etapas finais do processo de produção do fumo.

§ 2° - Tanto o produtor-vendedor como a empresa compradora poderão contar com a

assistência de suas entidades sindicais correspondentes.

§ 3º - Em caso de divergência quanto à classificação, as partes poderão solicitar a arbitragem de fiscal vinculado a órgão oficial.

Art. 2º - Por ocasião do recebimento do fumo na fonte de produção, a empresa ou firma compradora fornecerá ao produtor-vendedor nota de romaneio, de que conste o número de fardos, o peso, a classe e a data de recebimento.

Parágrafo Único - As informações constantes da nota de romaneio deverão obrigatoriamente constar da nota fiscal que a empresa ou firma emitirá em favor do produtor.

Art. 3º - As empresas ou firmas compradores reajustarão o preço do fumo pelo índice de inflação medido entre a data constante na nota do romaneio e a data do pagamento efetivo ao produtor, exceto disposição diversa expressamente ajustada em contrato.

Art. 4º - Obrigam-se as empresas que integram a produção a adquirir na época da colheita todo o fumo contratado ao agricultor.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, entende-se por fumo contratado todo o fumo colhido pelo produtor na área específica de produção integrada.

§ 2º - A redução da produção de fumo em relação à estimada inicialmente não dará causa a penalidades de nenhuma natureza, exceto se decorrente de dolo provado do produtor.

Art. 5º - Em caso de intoxicação de qualquer produtor integrado ou mesmo de seus dependentes, em que se revele necessário tratamento médico, os custos serão integralmente cobertos pela empresa contratante.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.93.

(aa) TOTI COLAÇO

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Arlindo Troian, Oswaldo Trevisan, Doutor Rosinha, Ernani Pudell e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Carecem os fumicultores paranaenses de instrumento na legislação que regulamente a comercialização, classificação e recebimento da produção. Entendemos que a forma pela qual se opera a relação entre empresa e produtores tem trazido sérias desvantagens a estes últimos. Os fumicultores no processo de integração têm tido orientação técnica durante as fases de plantio à colheita e classificação, mas, inexplicavelmente, as empresas, após o recebimento do

fumo, alteram os critérios seguidos à risca pelos agricultores, o que resulta no rebaixamento da classificação.

Ademais, os fumicultores estão encontrando dificuldades para comercializar as safras dos últimos anos. As empresas garantiam outrora a compra de toda a produção, mas, hoje, já não compram tudo o que é colhido. Com a recusa das empresas, os fumicultores ficam sem ter onde vender parte do produto. Isto, associado ao baixo preço pago pelo mercado, ameaça inviabilizar o cultivo desta atividade agrícola no Paraná e, sobretudo, provocar o aumento do êxodo rural.

Por ser o cultivo do fumo uma atividade de que traz sérios riscos à saúde pelo uso consecutivo de herbicidas e outros defensivos agrícolas, este projeto visa ainda que as empresas arquem com os custos de eventual intoxicação que exija tratamento médico.

É necessário que se estabeleça relação de compromisso entre produtores e empresas, pois que é uma atividade que exige dedicação exclusiva.

O presente Substitutivo Geral traz emendas corretivas e modificativas. Estas concernem aos artigos 3º e 4º, garantindo normas de contratação só limitadas por normas especiais expressamente constantes do termo de ajuste celebrado entre as partes.

O Projeto retorna às Comissões competentes.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 261/93, de autoria do Deputado Lourenço Fegonese, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Paranaguá, uma Delegacia da Mulher. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 372/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pirai do Sul - Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 378/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ivaiporã-Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 417/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar

o trecho rodoviário que especifica. (Liga o distrito de Boa Esperança ao município de São Jorge do Patrocínio). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 427/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no município da Califórnia - Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 429/93, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Kaloré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 495/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Ibrahim Abudi Neto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 421/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que regulamenta o artigo 38 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios (Débitos Previdenciários para com o IPE). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. (Publ. no D.A. n° 178/92, de 09.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 421/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 421/92, de autoria do nobre Deputado Alceu Swarowski, que visa regulamentar o artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais da Constituição Estadual, com referência aos débitos do Estado relativo as contribuições previdenciárias junto ao Instituto de Previdência do Estado- IPE, existentes até 05 de outubro de 1989, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, solicitou para que o IPE se pronunciasse sobre o assunto.

De acordo com cópia do ofício n° 242/93 - GAB/SUPER, do IPE, aquele instituto através de sua superintendência, é plenamente de acordo com a regularização do débito, com o pagamento da dívida sendo efetuada pelo Governo do Estado.

Do ponto de vista regimental e constitucional, nada impede a normal tramitação, e posterior aprovação do Projeto de Lei n° 421/92, pelo duto Plenário deste Poder Legislativo, e o nosso parecer é favorá-

vel, pois acompanha a opinião do próprio Instituto de Previdência do Estado- IPE, que hoje é o responsável pelo atendimento à saúde do servidor e seus dependentes.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 421/92

P A R E C E R:

Com a presente proposição, pretende o ilustre Deputado Alceu Swarowski regulamentar o art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais da Constituição Estadual, com referência aos débitos do Estado, relativo as contribuições previdenciárias junto ao Instituto de Previdência do Estado- IPE, existente até 05.10.89.

Sobre a mesma já houve pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer favorável.

Desta forma, no âmbito desta Comissão, tendo em vista que a matéria não fere princípios legais e constitucionais, somos pelo acompanhamento do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pelo parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOAO PREIS - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 421/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, visa regulamentar o art. 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, no sentido de que os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias junto ao IPE, existentes até 05.10.89, sejam liquidadas na forma prevista.

A iniciativa atende às disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, inexistindo desta feita qualquer óbice à aprovação da matéria.

Ante o exposto somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26.08.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Entendo que a matéria já foi votada, mas eu gostaria de consultar o Deputado Alceu Swarowski, - se ele estiver - que dê uma rápida leitura, pareceu-me que perdeu o objeto o projeto do ilustre Deputado com a

extinção do Fundo de Previdência.

Era esta a observação.

O SR. ALCEU SWAROWSKI (Pela Ordem) - Apparently, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a observação do Deputado Basílio tem procedência, mas não essencialmente. Efetivamente, com a proteção que se deu à subsistência do IPE para o seu cumprimento de suas respectivas funções, justamente fortaleceu a nossa tese de que deverá ser cumprido aquele dispositivo constitucional das disposições transitórias de nossa Carta Magna, no sentido de que se compila o Paraná a que pague a sua dívida congelada em mais de 400 milhões de dólares, desde o início do funcionamento do Instituto de Previdência e Assistência Social do Servidor Público do Paraná, que é o IPE.

Portanto, se delegando ao Estado os 15 anos para integralizar aquela dívida, até a data da promulgação da nossa Constituição Estadual.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, requeiro à Mesa, a retirada do projeto por dez (10) sessões para um estudo mais metódico.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que o projeto já foi aprovado em primeira votação e ele poderá ser retirado na sessão de amanhã, e emendado, se for interesse dos Senhores Deputados.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 421/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. Retirado pelo autor.

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 428/93, de autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115, de 23.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 428/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto, a medida objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz.

Encontra-se o processado de acordo com as exigências da Legislação vigente sobre o assunto, inexistindo óbices de natureza legal, constitucional e regimental a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Nestas circunstâncias, nosso parecer é

Curitiba, quarta, em 29.09.93

favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 446/93, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a Casa do Menor de São Mateus do Sul, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115, de 24.08.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 446/93

P A R E C E R:

Analisado o Projeto de Lei nº 446/93, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Casa do Menor de São Mateus do Sul, e após cumprida diligência, para que fosse complementada a documentação exigida pela Lei nº 6.994/78, damos o nosso parecer favorável.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o referido projeto de lei nada mais tem que impeça a sua normal tramitação, e posterior aprovação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 451/93, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Ortigueira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 117, de 25.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 451/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, o presente plano de lei objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Ortigueira.

Em análise à referida proposta, esta comissão conclui estar o processado de conforme com as exigências de ordem legal, constitucional e regimental, inexistindo óbices de qualquer natureza a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de parecer favorável a aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 470/93, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 050/93, que autoriza o Poder Executivo a doar à União as Áreas de Terras que especifica, pertencentes à FUNDEPAR, situadas no quadro urbano da sede do Município de Cascavel. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 470/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, as áreas de terras com 17.175,35 m² destacados do lote de terras rurais (chácara) n° 210, e 22.825,45 m² destacados do lote de terras rurais (chácara) n° 200, pertencentes ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, situadas no quadro urbano do Município de Cascavel, havidas por aquela instituição, conforme o que consta da transcrição n° 44.752 do Livro 3.BP do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2° - O imóvel de que trata o artigo anterior será utilizado pela Donatária exclusivamente para instalar e manter em funcionamento a Unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, no Município de Cascavel, não podendo ser dado destino diverso do previsto, condições estas que deverão constar da respectiva escritura.

Parágrafo Único - Deverá a Donatária cumprir as condições referidas neste artigo, no prazo de 1 (um) ano, sob pena de imediata reversão do imóvel ao Patrimônio do Estado, sem qualquer interpelação ou notificação judicial.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.93.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 470/93

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de n° 050/93, que visa autorizar o Poder Executivo a doar à União as áreas de terras com 17.175,35 m² destacados do lote de terras rurais (chácara) n° 210, e 22.825,45 m² destacados do lote de terras rurais (chácara) n° 200, pertencentes ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, situadas no quadro urbano no Município de Cascavel.

O objetivo desta doação é para que

nesta área seja instalada a Unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET.

O projeto cumpre os requisitos adotados pelo Direito Administrativo de se fazer constar a cláusula resolutória de utilização e da cláusula de reversão automática ao patrimônio do Estado.

Procedida a análise da matéria, o presente projeto preenche os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 470/93

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 470/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 050/93, que tem por finalidade, autorizar o Poder Executivo a doar à União as áreas de terras que especifica, pertencentes a FUNDEPAR, situadas no quadro urbano da sede do Município de Cascavel.

No aspecto constitucional e legal, a proposta teve análise no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão, a matéria encontra-se justificada, inexistindo qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Lei.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 472/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional Intermunicipal dos Contabilistas de Assis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 122 de 13.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 472/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 472/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Profissional Intermunicipal dos Contabilistas de Assis Chateaubriand", com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender as exigências da lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Com voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registra-se o voto contrário da Bancada do PT.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 473/93, de autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Escola Especializada Jesus Menino, em Matelândia - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 13.09.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 473/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antonio Costenaro Neto, o Projeto de Lei nº 473/93, visa declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Escola Especializada "Jesus Menino", com sede e foro no Município de Matelândia.

Do ponto de regimental e constitucional, nada existe que possa impedir a sua normal tramitação por este Poder Legislativo, estando dentro das normas estabelecidas pela Lei nº 6.994/78, recebe portanto o parecer favorável desta douta Comissão de Constituição e Justiça, para sua posterior aprovação pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 474/93, autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Declara de Utilidade Pública a Creche Menino de Deus, com sede no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 13.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 474/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, o Projeto de Lei nº 474/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Creche "Menino de Deus", com sede e foro no Município de Curitiba.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender as exigências da Lei 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 479/93, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Hospital Nossa Senhora das Graças de Nova Esperança, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 122, de 13.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 479/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Hospital Nossa Senhora das Graças de Nova Esperança, com sede à rua Curitiba, 576, no Município de Nova Esperança.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos estar de acordo com a Lei nº 6994, de 10.01.78, que dispõe de normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 485/93, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 123, de 14.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 485/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste, neste Estado.

Analisada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 487/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Dra. Martha Silva Gomes, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 123, de 14.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 487/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Dra. Martha Silva Gomes, da Cidade de Bela Vista do Paraíso.

Na análise do referido projeto nada encontramos que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 488/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Declara de Utilidade Pública Estadual a Legião Católica Santa Isabel e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. n° 123, de 14.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 488/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, o Projeto de Lei n° 488/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Legião Católica Santa Isabel e dá outras providências.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 532/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a Sra. Carlota Rensi Meneghel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 129, de 23.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 532/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury que concede título de Cidadã Honorária do Paraná a Sra.

Carlota Rensi Meneghel.

Nesta Comissão nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

Aprovado.

O SR. LUIZ H. B. TURRA - Com voto contrário deste Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com voto contrário do Deputado Bona Turra.

A Mesa fará votação dos requerimentos na sessão extraordinária que será realizada a seguir.

Solicita à Comissão de Constituição e Justiça que se reúna de imediato, conforme convocação do seu Presidente, Deputado Erondy Silvério, para apreciação das emendas aos Projetos que serão apreciados na sessão extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 181 e 521/93.

Marca ainda uma sessão ordinária para quinta-feira dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 050 e 059/93;

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 358/93.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 056 e 453/93;

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 421, 428, 446, 451, 470, 472, 473, 474, 479, 485, 487, 488 e 532/93;

e dos Projetos de Resolução n°s 013, 014, 016, 017/93;

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 489, 491 e 496/93.

Levanta-se a sessão.